



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 734 - DE 2 A 15 DE MARÇO DE 2025 - R\$ 5,00



Três anos de guerra na Ucrânia

**Não à "paz" ditada por Trump!
Por uma paz sem anexação!**

Somente a classe operária ucraniana, russa e europeia - organizada, unida e em luta - pode pôr fim à guerra, derrotar o imperialismo, impedir o cerco da OTAN à Rússia e impor a autodeterminação da Ucrânia

Viva a V Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!

33 anos da liquidação da URSS



Documentos do POR demonstram as formulações sistemáticas em defesa das conquistas da Revolução Russa

Três anos da guerra na Ucrânia

Trump avança em seu objetivo de "paz"

Somente a classe operária ucraniana, russa e europeia pode acabar com a guerra de dominação e rejeitar a paz anexadora e saqueadora imposta pelo imperialismo

Depois de três anos de guerra, ficaram bem estabelecidos os limites de seu desenvolvimento. Ou os Estados Unidos e a sua aliança europeia lançariam a OTAN contra a Rússia, ou a Ucrânia continuaria sendo enfraquecida e caminharia para uma derrota final.

A ocupação militar do Leste da Ucrânia evidenciou a incapacidade dos ucranianos em conter o avanço das forças russas e as perdas territoriais. A derrota da contraofensiva planejada pelas Forças Armadas da Ucrânia e amparada pelo reforço bélico fornecido pela aliança imperialista, iniciada em 4 de junho e encerrada em 1º de dezembro de 2023, demonstrou a imensa superioridade militar e econômica da Rússia. Nesse momento, ficou claro que a Ucrânia não poderia vencer com suas próprias forças, e o apoio dos Estados Unidos e da Europa tendia a se esgotar. Ficou claro, também, que a OTAN não seria autorizada a intervir diretamente na Ucrânia contra a Rússia.

Desse momento em diante, a guerra já não podia ascender. O máximo que as Forças Armadas e o Estado ucranianos poderiam fazer era sustentar uma posição defensiva de Kiev. Conquistado o Leste, as forças russas passaram a ter melhores condições táticas para enfraquecer militar e politicamente o Estado ucraniano.

As consequências negativas da guerra sobre a União Europeia e a Inglaterra passaram a ser um fator de grande peso na crise política, atingindo principalmente a Alemanha e a França. Nos Estados Unidos, o governo Biden se ressentiu do impasse da guerra e da impossibilidade de derrotar a Rússia apenas com as forças ucranianas, ainda que autorizando o envio de armamentos ofensivos e mantendo fartos recursos financeiros. Por mais que as sanções econômicas tenham prejudicado a Rússia, não foram capazes de quebrar sua economia, que se acha amplamente entrelaçada com países do porte da China e Índia.

Biden e seus asseclas europeus não conseguiram isolar a Rússia internacionalmente com o argumento falacioso de que o Estado russo era o único responsável pela guerra e que o fazia seguindo uma estratégia expansionista na Europa. Ao contrário, o capital financeiro e monopolista forçava passagem à penetração nas ex-repúblicas soviéticas, em detrimento do controle da Rússia. A incorporação da Ucrânia na União Europeia e na OTAN daria poderes significativos aos Estados Unidos e aliados.

A liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pela contrarrevolução restauracionista favoreceu à expansão das forças imperialistas na Eurásia. Ocorre que a Rússia não deixou de ser uma potência regional, cuja sobrevivência dependia e depende de manter o controle das ex-repúblicas soviéticas, e, em particular, da Ucrânia. O capital internacional não estava impossibilitado de explorar na própria Rússia e em toda a região. O problema estava em que o imperialismo objetivava com o fim da URSS submeter a Rússia à condição de mais uma de suas semicolônias. Não sendo possível, os Estados Unidos e aliados foram apertando o cerco por meio da OTAN.

A mudança realizada por Trump, em oposição às diretrizes de Biden, se baseia no fracasso militar da Ucrânia. Cedo ou

tarde, teria de se chegar ao fim da guerra. Quanto mais avançada for a penetração das forças russas, piores seriam as condições para a Ucrânia aceitar a derrota. Certamente, Trump daria seguimento à linha de Biden caso houvesse possibilidade da Ucrânia avançar na reconquista do terreno perdido no Leste do país. A alteração de posição não modifica a essência da política imperialista dos Estados Unidos em relação à guerra. A questão para os republicanos foi posta nos termos de como tirar proveito do fracasso militar da Ucrânia.

Biden fez do povo ucraniano bucha de canhão para alcançar os objetivos estratégicos da dominação imperialista. E a Rússia se utilizou da invasão militar fazendo da Ucrânia um escudo. Agora, Trump faz da Ucrânia uma moeda de troca com a Rússia, por meio de um acordo com Putin. No final das contas, a Ucrânia sai derrotada e os Estados Unidos saem vitoriosos, aproveitando-se da derrota de Zelensky, de seus generais e da oligarquia burguesa ucraniana. O serviçal Zelensky resolveu exigir segurança da Ucrânia no caso de um acordo de cessar-fogo. E quase saiu enxotado dos Estados Unidos por Trump, na reunião de 28 de fevereiro. Como se nota, os próximos passos, em direção a uma reunião com Putin, dependerão dos termos do acordo de paz trumpista.

Trump admite que a Rússia anexe a parte do território conquistado, já que se trata de uma condição para pôr fim à guerra. Nesse mesmo sentido, exclui a possibilidade de a Ucrânia se integrar à OTAN. Em contrapartida, a Ucrânia deverá se sujeitar ao saque dos Estados Unidos. Está em andamento o acordo de entrega das reservas minerais e das terras raras para a exploração das multinacionais norte-americanas. Putin, por sua vez, ofereceu a Trump o retorno dos capitais norte-americanos para a exploração no território russo. No caso, entraria a região ucraniana do Leste anexada, já que contém boa parte das terras raras. Esse plano explica por si só porque Trump deixou os aliados europeus à margem do acordo. A discussão dos governos europeus sobre a segurança da Europa contra a Rússia "expansionista" oculta o interesse dos seus capitalistas em participar do saque da Ucrânia e das facilidades que Putin oferece aos capitalistas norte-americanos.

É obrigatório denunciar e rejeitar a paz ditada pelos Estados Unidos expressão mais alta do imperialismo e negociada pela Rússia que oprime as ex-repúblicas soviéticas. Chegou-se a essa situação dramática ao povo ucraniano precisamente devido à contrarrevolução que destruiu a URSS, à restauração capitalista e à necessidade de a Rússia oprimir as ex-repúblicas soviéticas. Mas, no fundamental, se deve à crise de direção revolucionária, à completa desorganização da classe operária e à sua subordinação às forças que sustentam o capitalismo em decomposição. O que não quer dizer que a classe operária e os demais explorados não tenham sua própria resposta diante da paz dos dominadores. Emerge da guerra iniciada a três anos as bandeiras proletárias de "Paz sem anexação" e "Autodeterminação da nação oprimida". Essas bandeiras indicam concretamente que somente a classe operária pode derrotar a ofensiva imperialista contra a Rússia e impor a autodeterminação da Ucrânia, sob um governo revolucionário, comunista.

Governo Lula se bate em águas turbulentas

Os aliados de centro-direita se aproveitam da crise de governabilidade

A destituição da ministra da Saúde, Nísia Trindade, é um sinal de que as pressões do grande capital e da oligarquia partidária que controla o Congresso Nacional atingiram profundamente a governabilidade. Espera-se que haja uma "reforma ministerial".

A ministra Nísia Trindade, de fato, não poderia fazer muito mais do que fez, uma vez que a decomposição da saúde pública é estrutural e a supremacia da saúde privada determina as condições sociais de marginalização da imensa maioria da população ao acesso ao atendimento médico-hospitalar elementar. As filas no Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento e cirurgias sempre existiram, mas se agravaram. A oposição bateu contra o ministério da Saúde por não ter se antecipado a previsível ocorrência da perigosa dengue. Para mostrar a inoperância da ministra, recorreu-se à denúncia de que aumentaram as mortes por dengue em 2024, que atingiram a marca de 5.873 pessoas, número esse maior que as ocorrências fatais dos oito anos anteriores que totalizaram 4.992.

Pela lógica, o ministério da Saúde deveria ser um espelho de eficácia do governo Lula, que se diz protetor dos pobres. Conta com um orçamento de R\$ 450 bilhões anual, ou seja, 4% do PIB em termos relativos. A tendência ao agravamento da saúde pública corresponde à polarização entre uma ultraminoria enriquecida e a grande maioria empobrecida e miserável. O governo Lula, abraçado à cartilha do nacional-reformismo do PT, desde sempre prometeu erradicar a miséria e fome. Não pode cumprir no passado e não poderá cumprir nem no presente nem no futuro porque se trata de manifestações estruturais do capitalismo. A saúde pública insuficiente e desaparelhada voltada à maioria oprimida e a saúde privada avançada e tecnicizada destinada à ultraminoria burguesa e a uma pequena minoria da classe média refletem essa contradição básica. O governo Lula, tal como os anteriores da direita e ultradireita, mantém o poderio da saúde privada, cuja coexistência com a saúde pública vem em detrimento da imensa maioria da população.

Como se vê, a substituição de Nísia Trindade por Alexandre Padilha, que já foi ministro da Saúde no governo Dilma Rousseff, não passa de uma negociata política que se realiza no interior do governo de frente ampla, que conta com a presença dos partidos de centro-direita, como PSD, MDB, PP, União Brasil e Republicanos.

A contestação da política econômica de Lula pelo capital financeiro e por poderosos grupos econômicos vem sendo politicamente materializada no Congresso Nacional, controlado em grande medida justamente pelos aliados que compõem o governo de frente ampla. A troca na presidência do Senado e Câmara de Deputados mostrou que o PT e aliados de esquerda (PSOL e PCdoB) foram esmagados pela aliança da ultradireita com a centro-direita. Essa coligação de partidos oligárquicos se soldou e se fortaleceu com o controle que passou a ter sobre o orçamento da Federação e as emendas parlamentares.

Lula esteve e está obrigado a subordinar as diretrizes do governo à sustentação do parasitismo da dívida pública. A dívida bruta está na marca de R\$ 8,98 trilhões, ou seja, 76,1% do PIB. O pagamento dos juros alcançou o estratosférico valor de R\$ 950,4 bilhões no ano. O Tesouro Nacional despendeu 8,05% do PIB. Espera-se a manutenção da escalada parasitária tendo em vista a continuidade da alta da Selic.

No Congresso Nacional prevalece a posição de que o governo deve conter seus gastos, desde que não atinjam as emendas parlamentares e os gigantescos dispêndios parasitários de manutenção

da burocracia do Senado e da Câmara de Deputados, bem como do Judiciário. Somente o Congresso Nacional consumiu R\$ 5,9 bilhões em 2024 e prevê R\$ 6,3 bilhões em 2025. Lula tem cedido tanto a esse parasitismo quanto às pressões de cortes que atingem o salário mínimo, BPC, Abono Salarial, a saúde e educação públicas.

Recentemente, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, reclamou das altas taxas de juros e da exigência do "mercado" para que o governo tome medidas contrárias ao crescimento e à criação de empregos. Reclamou das exigências que querem o combate à inflação às custas da queda econômica. Esse palavreado petista mal esconde a submissão do governo ao grande capital e aos credores da dívida pública. Lula já cedeu em parte a essa diretriz antinacional e antipopular. Terá, no entanto, de ceder ainda mais. Ficou aturdido com a campanha burguesa que mostra a perda de apoio popular, principalmente nas suas mais amplas bases eleitorais nordestinas.

Os petistas estão seguros de que seu governo ainda tem sobrevivência devido à subordinação da burocracia sindical à governabilidade lulista. O problema está em que os explorados podem sair da passividade. A alta do custo de vida, o salário mínimo de fome, o crescente desmonte da saúde e educação e o retrocesso em programas sociais têm colocado as massas em oposição ao governo Lula. O próprio PT se debate em uma profunda crise interna, justamente porque sua sobrevivência depende de manter a maioria explorada enganada e subordinada à política burguesa do nacional-reformismo. Não por acaso, a crise do PT se expressa também no seu aliado PSOL, que se fragmenta.

Nesse terreno pantanoso, é imperativo que a vanguarda com consciência de classe desenvolva a política revolucionária do proletariado. Ganha vigência a bandeira de "Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula". Diante do acobertamento do parasitismo da dívida pública e das medidas antinacionais e antipopulares, coloca-se o programa de reivindicações dos explorados. A bandeira de não pagamento da dívida pública e expropriação do grande capital devem nortear o movimento da classe operária e dos demais explorados em defesa de suas condições de vida e das antigas conquistas que vêm sendo destruídas pelas contrarreformas.

Lula esteve e está obrigado a subordinar as diretrizes do governo à sustentação do parasitismo da dívida pública. A dívida bruta está na marca de R\$ 8,98 trilhões, ou seja, 76,1% do PIB. O pagamento dos juros alcançou o estratosférico valor de R\$ 950,4 bilhões no ano. O Tesouro Nacional despendeu 8,05% do PIB. Espera-se a manutenção da escalada parasitária tendo em vista a continuidade da alta da Selic.



Bolsonaro e generais denunciados pela Procuradoria Geral da República (PGR)

O Supremo Tribunal Federal recebeu a denúncia e o ministro Alexandre de Moraes levantou o sigilo do processo. Em linhas gerais, eram conhecidas as principais acusações de organização criminosa, tentativa de golpe de Estado e plano para assassinar Lula, Alckmin e o próprio Moraes.

Entre os 33 acusados, ao lado de Bolsonaro, estão figuras como os generais Braga Neto, Augusto Heleno e Marco Antônio Freire Gomes, o brigadeiro da Aeronáutica Carlos de Almeida Baptista Junior e o almirante da Marinha Almir Garnier Santos. Revelou-se que a cúpula governamental, regida por Bolsonaro, se utilizou da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para montar o plano conspirativo que impediria a posse de Lula e imporia pela força das armas um Estado de exceção. Eis por que os processados se enquadrariam no crime de "abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado e uso da violência".

Vários outros militares de patentes subalternas constam da lista dos 33 indiciados. A PGR, no entanto, deixou de fora o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, cuja participação na trama golpista ficou evidenciada. Bolsonaro, o PL e aliados prometeram resistir com manifestações. Ergueram a bandeira de anistia. De forma que nos próximos meses o país estará diante do julgamento do processo no STF e das ações parlamentares no Congresso Nacional em torno ao projeto de anistia. Os bolsonaristas aproveitam a crise do governo Lula para realizar a contraofensiva em favor de Bolsonaro e sua camarilha golpista.

O julgamento dos processos deve ocorrer em 2025, uma vez que já está em andamento as articulações para as eleições presidenciais de 2026. A probabilidade de Bolsonaro se livrar do impedimento já estabelecido é quase nula. Tudo indica que a sua situação política se agravará ainda mais com o julgamento no STF. O enfraquecimento do bolsonarismo abre caminho para uma articulação de centro-direita, que aposta na continuidade do desencanto dos explorados com o governo Lula.

Assim como a Operação Lava Jato, que golpeou o PT, a operação da Polícia Federal e da Justiça contra Bolsonaro e sua camarilha golpista ocorre nas entranhas do Estado e, portanto, da política burguesa. Ambos os casos são reflexos da decomposição da democracia oligárquica brasileira. Seja qual for o resultado, servirá para dimensionar as disputas partidárias em torno à governabilidade e privilégios que emanam da política patronal.

A classe operária e os demais explorados estão e continuarão à margem desse choque interburguês. As direções sindicais burocratizadas e conciliadoras procurarão tirar proveito para incentivar as ilusões da maioria oprimida sobre a democracia, ocultando seu caráter de classe e sua formação oligárquica. A única via de combater a ultradireita fascizante é a da luta de classes contra o poder burguês. Somente um Tribunal Popular, inteiramente nascido e apoiado na classe operária e nos demais trabalhadores, poderia investigar e julgar os acontecimentos e seus responsáveis pela tentativa reacionária de golpe de Estado.

Crise no PSOL do Rio revela os limites da política reformista

No começo do mês de fevereiro, foi realizada no Rio de Janeiro a votação para a presidência da Alerj (Assembleia Legislativa), e a chapa encabeçada pelo deputado Rodrigo Bacellar (União Brasil) foi reeleita com 100% dos votos. Figura conhecida na política fluminense, Bacellar é lembrado por ter chamado o prefeito Eduardo Paes de "vagabundo" e "promiscuo", em resposta a entrevista que Paes deu ao Globo, em que o prefeito afirmava que lideranças da ALERJ interferiam no governo do estado, através de ameaças e extorsões.

Alinhado direto de Bolsonaro em 2024, Bacellar, assim como Claudio Castro e Pampolha, enfrentaram uma tentativa de cassação por parte da procuradoria-geral, por abuso de poder no escândalo do CEPERJ, mas foram absolvidos. A reeleição de Bacellar à presidência da ALERJ chama atenção em diversos aspectos, a começar pela chapa "Somos um só por um Rio melhor" ser a única concorrente, já que o PT e o PSOL (que seriam oposição) abriram mão de suas candidaturas e apoiaram abertamente o candidato da direita, indicado por Claudio Castro.

A justificativa do PSOL é de que terá maior espaço para realizar oposição ao governo, tendo em vista de que o acordo amplia o número de comissões. Uma típica posição oportunista. Novamente, o partido pequeno-burguês do PSOL tem uma postura que reflete seu alto grau de degeneração e de subserviência à institu-

cionalidade burguesa. Soma-se a isso a recente demissão do economista David Deccache do partido após este ter feito críticas diretas a política do governo Lula e a denúncias de assédio moral dentro do partido. Entre os nomes que aprovaram a sua demissão estão o do pastor Henrique Vieira e Erika Hilton.

A atual crise vivida pelo partido e a sua militância reflete os limites da política reformista e subserviente do PSOL. O partido é incapaz de desenvolver uma política independente e se coloca a reboque, mais uma vez, do petismo e dos seus aliados. A militância psolista deve avaliar essa experiência crítica e autocriticamente, o que conduzirá àqueles com consciência de classe a romperem com esse partido abertamente colaboracionista e oportunista.

Adquira com o distribuidor:

R\$ 35

**AS ESQUERDAS
NO BRASIL**

O Trotskismo
diante da Tarefa
de Construir
o Partido
Revolucionário



O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

Realizada a VIII Conferência regional do POR no Nordeste

Realizou-se em Natal, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2025, a VIII Conferência regional do POR no Nordeste, que contou com a presença da militância e simpatizantes do CE, RN, PE e PB. A Conferência discutiu a proposta de resolução internacional do CERQUI, o projeto de resolução nacional e a proposta de resolução regional, além de seus balanços de atividades. A Conferência Nordeste acontece logo em seguida à Conferência Sudeste-Sul, realizada dia 8 de fevereiro. As Conferências regionais do POR têm sido realizadas rigorosamente a cada dois anos, o que mostra o empenho em realizar um balanço regular, crítico e autocrítico, de nossa intervenção nas frentes de atuação e nas lutas concretas com o objetivo de avançar a elaboração do programa.

A Conferência foi disciplinada e marcada por uma elevada discussão com ricas intervenções sobre seus documentos, dedicando-se a debater os problemas fundamentais levantados pela situação mundial e nacional e a necessidade de penetrar no seio das massas com o programa da revolução social.

No primeiro dia, a Conferência discutiu as resoluções internacional, nacional e sobre o Nordeste que foram precedidas de exposições devidamente preparadas para este fim. Na resolução política internacional, a Conferência discutiu o aprofundamento da crise mundial capitalista que tem levado o imperialismo norte-americano a acentuar sua guerra comercial com a China e mesmo contra antigos aliados, a exemplo da Europa Ocidental e Canadá, que encontram-se na alça da mira das tarifas comerciais. Discutiu as consequências da vitória de Trump que implicam o fim do multilateralismo e sua substituição pelo unilateralismo da potência yankee em declínio. Foram discutidos ainda o avanço das contradições mundiais, os três anos de guerra na Ucrânia, a ofensiva do imperialismo em ampliar a opressão nacional, em especial, sobre os palestinos. As tendências da luta de classes internacional também foram discutidas, assim como a necessidade de superar a grave crise de direção revolucionária por meio da construção dos partidos marxistas-leninistas-trotskistas e a projeção do CERQUI.

A discussão sobre a situação nacional destacou o caráter continuísta do governo de frente ampla de Lula/Alckmin em relação às contrarreformas, como exemplifica a aplicação do arcabouço fiscal e os ataques ao salário mínimo, ao BPC e ao abono salarial. Destacou também a relação do governo com o Congresso, a dependência do governo diante do Centrão, que avança o controle do orçamento federal e tem se imposto como um dos pilares da governabilidade. A Conferência avaliou ainda a importância alcançada pela luta do último período sobre o fim da escala 6x1, as lutas salariais que se chocam contra os governos e a necessidade de combater a política de colaboração de classes da burocracia sindical com um programa próprio de defesa da vida das massas.

Na discussão sobre a resolução Nordeste destacou-se a contradição econômica entre o avanço do PIB acima da média nacional,

nos últimos anos, em meio ao processo geral de desindustrialização que atinge todo o país, com o impacto do fechamento de fábricas em núcleos industriais da região (Ford, Guararapes, Unilever etc). Foi discutido ainda o problema dos desequilíbrios regionais (expressão da formação histórica do país, condicionada pela lei do desenvolvimento desigual e combinando) e a impossibilidade de sua solução sob a dominação da burguesia. Discutiu-se as particularidades da questão agrária, a divisão interburguesa no país, o avanço da ultradireita fascizante no Nordeste e a oligarquização do PT nos estados. Finalizou destacando a necessidade de ajudar as massas a realizarem a experiência com os governos do PT no Nordeste que tornou-se, no último período, baluarte do reformismo.

Após as discussões as resoluções foram aprovadas sem emendas.

O segundo dia foi dedicado à discussão dos balanços organizativos e de atividades. A CRNE apresentou um balanço geral que foi seguido da exposição dos balanços por estado. A Conferência discutiu o estágio atual de desenvolvimento do partido, a permanência de seu caráter embrionário, porém, com uma inserção cada vez maior nas lutas dos explorados. A discussão dos balanços destacou o avanço organizativo do último período, sobretudo no RN e PE, a melhor intervenção do partido nas frentes com boletins e melhor trabalho de base. Sobre o trabalho operário destacou-se a importância de que seja encarnado pelas regionais e que as panfletagens de porta de fábrica com boletim Nossa Classe sejam realizadas com regularidade e empenho. Os balanços de atividades mostraram uma melhora na intervenção no funcionalismo, nos docentes, no magistério e na universidade, assim como reforçou a orientação de continuar os esforços entre os secundaristas. A discussão dos balanços de atividades destacou ainda a importância do trabalho com o jornal Massas e seu aperfeiçoamento tanto do ponto de vista técnico como da elaboração coletiva, assim como a necessidade de ampliar sua tiragem, superando a estagnação atual. O balanço de atividades da regional Nordeste foi aprovado pelos delegados sem destaques e os trabalhos da Conferência encerraram com um viva à Conferência regional, um viva à construção do partido operário revolucionário, um viva ao CERQUI e um viva ao camarada Miguel Lora.

A Conferência regional realizada pelo POR tem mostrado um partido com maior penetração na luta de classes, com maior inserção entre a vanguarda e mais consciente do trabalho voltado ao proletariado. As Conferências mostraram também o avanço na elaboração coletiva e na formação dos quadros revolucionários. A profunda decomposição capitalista determina a urgência da construção do partido-programa. O POR encerra suas Conferências convocando os trabalhadores conscientes, a juventude oprimida e a vanguarda classista a superar a crise de direção trabalhando firme pela reconstrução da IV Internacional.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Fevereiro/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Fim da superexploração da escala 6x1!

Unificar a luta de empregados e desempregados em defesa da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários!

No dia 16 de março, aconteceram em várias capitais do país manifestações pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. A luta pelo fim da escala 6x1, que foi impulsionada pelo movimento VAT (Vida Além do Trabalho), no início do ano passado, ganhou apoio dos trabalhadores em várias capitais do país. E não poderia ser diferente.

A situação da classe operária está cada dia pior. Mais de 70% dos trabalhadores registrados trabalham na escala 6x1, que é uma escravidão. Os 47,2 milhões que trabalham registrados, na sua maioria, são terceirizados e recebem salários miseráveis. 39,8 milhões de trabalhadores estão na informalidade, trabalham como autônomos, fazendo bicos, sem direitos trabalhistas garantidos. E mais de 6 milhões estão desempregados.

A terrível condição de milhões de trabalhadores - desempregados, submetidos a longas jornadas de trabalho e aos baixos salários - coloca a necessidade de ligar a luta pelo fim da escala 6x1 com a luta por emprego a todos. De que forma? Dividindo as horas necessárias para produzir nacionalmente entre empregados e

desempregados, sem redução de salários. Faz parte dessa luta a defesa de um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias.

O Boletim Nossa Classe/POR participou mais uma vez das manifestações, chamando os explorados a não depositarem nenhuma ilusão no parlamento burguês. A história já demonstrou que a redução da jornada de trabalho para 44 horas e todos os direitos trabalhistas foram conquistas impostas aos patrões e aos governos por meio da greve, da ação direta e coletiva da classe operária e demais explorados.

Está aí por que o boletim Nossa Classe defende que os sindicatos e as centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, pelo fim da escala 6x1, pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho), pelo fim das contrarreformas trabalhista, previdenciária de Temer e Bolsonaro e a contrarreforma do governo Lula que ataca os trabalhadores. Um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, que seja o ponto de partida para uma Greve Geral.

Assembleia geral para unificar a luta dos metalúrgicos do Vale do Paraíba!

Dia 16 de fevereiro e 8 de março, marchemos juntos contra a exploração capitalista!

Os metalúrgicos do Vale do Paraíba, interior de São Paulo, realizaram várias greves no início de 2025 em diversas fábricas da região, demonstrando grande disposição de luta para enfrentar os ataques da patronal. Na JC Hitachi, no dia 22, os trabalhadores realizaram uma paralisação, reivindicando aumento no valor do vale-alimentação e abono salarial, além da PLR e estabilidade no emprego. Os trabalhadores da Estrela Mobil, em Santa Branca, decretaram greve por tempo indeterminado, reivindicando o pagamento de salários atrasados entre outros direitos como FGTS, 13º salário e verbas rescisórias. Em Igaratá, os trabalhadores da Retrovex realizaram também uma paralisação exigindo o pagamento das cestas básicas. Essa onda de greves demonstra a disposição de luta da classe operária.

O problema é que a direção do sindicato trabalha para desmantelar as greves, dividindo as lutas por empresas, fazendo assembleias com turnos separados em uma mesma fábrica e assinando acordos com a patronal que resultam apenas em migalhas.

Existe um elemento comum a essas greves do Vale do Paraíba, que é a reivindicação de melhorias salariais, reajuste do valor do vale e pagamento do PLR. Isso ocorre porque o custo de vida está nas alturas e os salários rebaixados. E a resposta operária a esses problemas se encontra na luta em defesa das condições de existência do proletariado.

O Boletim Nossa Classe, diante da elevação do custo de vida, em particular dos preços dos alimentos, defende o salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. O governo burguês de Lula fixou o salário mínimo em R\$ 1.518,00. Boa parte da classe operária e demais trabalhadores recebem esse salário de fome. Segundo o Dieese o valor do salário mínimo para manter uma família de quatro pessoas deve ser de no mínimo R\$ 7.156,15.

O Boletim Nossa Classe combate a política conciliadora das direções sindicais, que só fortalece o patronato e os governos. Defende que somente a classe operária, organizada e em luta pode derrotar os ataques da patronal e dos governos. O que significa defender as reivindicações com os métodos próprios de luta da classe operária, que são as greves, as manifestações de rua, as ocupações de fábricas e bloqueios.

Para organizar a luta, o Boletim Nossa Classe vem realizando os Encontros Operários, E chama os metalúrgicos do Vale do Paraíba a entrar em contato com o Nossa Classe e a participarem dessas reuniões, que realizamos todo mês, para juntos construirmos uma oposição de luta, independente, classista e revolucionária, para recuperar o sindicato para a luta de classes.

Formação política do Nossa Classe

A história de luta internacionalista e socialista do 8 de Março

Abaixo o salário mínimo miserável de R\$ 1.518,00 decretado pelo governo!

Lutar por um salário mínimo vital, suficiente para manter os trabalhadores!

Fim da escala 6x1! Pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário!

O 8 de março é o Dia Internacional da Mulher trabalhadora. Uma data marcada pela luta de classes. O combate pela emancipação das mulheres exploradas sempre foi marcado pelo sangue e pela força operária de todo o mundo.

O fim do século XIX e início do século XX foi o período de muitas lutas grevistas nas fábricas em defesa da jornada de 8 horas, dos salários e de melhores condições de trabalho. E as mulheres tiveram um papel importante, tanto na defesa da redução da jornada de trabalho como pelo fim do trabalho noturno. Vale lembrar da greve nos Estados Unidos, das mulheres do setor têxtil, que terminou no trágico incêndio que matou centenas de mulheres. Vale lembrar também que o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora foi estabelecido em 1910, pela Segunda Conferência da Internacional de Mulheres Socialistas, e em 1921, na Conferência de Mulheres Comunistas, ficou definido o 8 de março como o seu dia mundial unificado. É preciso recordar sempre a origem operária e revolucionária dessa data, e a definição de mulher operária, que a burguesia busca apagar.

Aprender com a experiência do passado nos ajuda a organizar a luta no presente. Infelizmente, a maioria das correntes e partidos de esquerda transformaram o 8 de março em um dia de festa. Enquanto isso, a burguesia (patrões), aproveitam a falta de luta para aprovar todas as medidas que atacam os trabalhadores, em particular as mulheres. Foi o caso das contrarreformas trabalhista e previdenciária aprovadas por Temer e Bolsonaro e o caso do pacote de ajustes do governo Lula, que arrocha o salário mínimo, corta beneficiários do BPC e do Abono salarial, ou seja, afeta os

mais pobres, especialmente as mulheres, muitas delas mães que criam seus filhos sozinhas.

As mulheres seguem escravas do lar. A maioria realiza a dupla ou até tripla jornada de trabalho. A experiência mais avançada na emancipação da mulher foi justamente com a Revolução Russa, na União Soviética, quando as tarefas domésticas começaram a passar para a responsabilidade do Estado por meio da criação das creches, lavanderias coletivas, restaurantes populares etc., o que permitiu que as mulheres pudessem fazer parte da produção social. A igualdade jurídica entre homens e mulheres deu os seus primeiros passos. No entanto, essas conquistas retrocederam com a restauração capitalista nos países que fizeram sua revolução proletária.

Nossa tarefa é retomar esse caminho de luta, defendendo que o 8 de março seja de combate das reivindicações que unifiquem homens e mulheres explorados, com os métodos próprios da classe operária. É na luta pelas reivindicações vitais que avançaremos contra o regime capitalista, fonte da brutal exploração dos trabalhadores, em particular da gigantesca massa de mulheres, que sentem o peso da dupla jornada. E o caminho é o da revolução social, para pôr fim ao capitalismo e edificar uma sociedade socialista.

O Boletim Nossa Classe toma uma lição importante da classe operária de que a emancipação das mulheres e homens explorados é parte da luta pela libertação de toda a humanidade da exploração capitalista e a construção de uma nova sociedade, socialista, sem explorados, nem exploradores.

Viva o Dia Internacional de luta da Mulher operária e das demais mulheres exploradas!

Distribuição do Boletim Nossa Classe

Denúncias operárias do Polo fabril São Lourenço

Empresa terceirizada dentro das fábricas não dá máscaras para as funcionárias da limpeza

Não é de hoje que algumas operárias da limpeza têm passado mal com o uso constante de produtos químicos “baratos” e tóxicos. Uma delas veio denunciar que a empresa além disso não entrega máscaras de proteção para o trabalho.

Os militantes do Nossa Classe responderam que os trabalhadores precisam defender sua saúde, em qualquer lugar que esteja. Para isso, devem exigir os EPIs do patrão. Se não há CIPA dentro das fábricas, é preciso construí-las com trabalhadores que não sejam serviçais do patrão. Chega de deixar o patrão lucrar às custas do corte de equipamentos de saúde e do rebaixamento salarial.

Na Tshara e Clever, os operários reclamaram do preço dos alimentos e dos salários que não acompanham

Vários operários da Tshara e da Clever perguntaram: por que os preços dos produtos e alimentos aumentam livremente e os salários têm muita polêmica para ter um reajuste pequeno? Chegaram a falar da destruição de milhares de alimentos pelo setor do agronegócio, dos empresários que preferem destruir os alimentos do que diminuir o preço e permitir que milhões de pessoas possam fazer uma refeição ao dia.

Os militantes do Nossa Classe responderam que os patrões do Agro, das fábricas e dos bancos fazem o que querem, quando os trabalhadores não reclamam. A justiça não é dos trabalhadores. Ela enrola e cede aos empresários. A pergunta é: por que os operários aceitam esta lei anti-trabalhadores? Aceitam porque estão submetidos às direções sindicais burocráticas e conciliadoras com o patronato. Direções sindicais que sequer convocam as assembleias para que os trabalhadores possam discutir e aprovar o caminho para defender suas reivindicações, como essa dos salários. Para isso, é preciso reunir os companheiros mais conscientes da fábrica, para dar início a uma comissão de fábrica independente dos patrões.

O Boletim Nossa Classe tem como reivindicação a luta pelo reajuste automático, ou seja, subiu o preço dos alimentos e o custo de vida, automaticamente o salário é reajustado. Isso se chama escala móvel de reajuste. Trata-se de uma reivindicação que implica a organização da classe operária, que começa em uma fábrica e precisa se estender para o conjunto dos operários.

Duas denúncias de moradores dos bairros operários

Precarização do transporte público

Um ponto de ônibus foi colocado na calçada da fábrica Clever. Isso ocorreu devido às inúmeras cobranças dos moradores dos prédios populares inaugurados no ano passado. Poucos meses se passaram e a precarização do transporte público se manifestou. O proprietário responsável pela frota de ônibus que cobre São Mateus e bairros próximos trocou alguns veículos novos por velhos e tem remanejado os motoristas. O resultado é: quebra constante dos veículos, combinado com atrasos dos ônibus da linha.

O proprietário da frota além de aumentar o valor da passagem dos ônibus, conseguiu aumentar a sua lucratividade com essas medidas. Pouco importa com os trabalhadores que dependem dos ônibus para chegar ao trabalho. Para o patrão da fábrica os atrasos por falta ou atraso de ônibus

implica punição aos operários: descontos, corte de cesta-básica etc.

O Boletim Nossa Classe vem construindo os comitês de luta nos bairros, para que os moradores aprovelem a organização da luta coletiva. Uma das reivindicações é a defesa da estatização do transporte público, sob o controle dos trabalhadores.

Falta de vagas em escolas públicas

Há uma reclamação que vem se generalizando, que é a falta de vagas nas escolas públicas perto de suas casas. Alguns disseram que estão aguardando transferência de escola há mais de 1 ano.

Os militantes do Nossa Classe vêm explicando que isso se deve às medidas do governador Tarcísio e do prefeito Nunes, que fecham salas de aulas, eliminam os cursos noturnos e acabam com as EJAs. Os

governantes impõem as escolas de tempo integral e expulsam os estudantes que já trabalham. Dessa forma, criaram o sistema de matrículas online, que impedem que as escolas façam as matrículas e incluam os estudantes do bairro.

Para responder coletivamente esse grave problema, é preciso da unidade dos moradores, estudantes e trabalhadores da educação. Trata-se de uma luta coletiva pela abertura de todas as salas e turnos fechados. Uma luta pela redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos. Os Comitês de luta nos bairros são fundamentais para unificar o movimento com os trabalhadores da educação, que exigem que os sindicatos da educação convoquem as assembleias e aprovelem a greve, envolvendo professores, funcionários, pais e estudantes.

Rio Grande do Norte

Em assembleia de 25/02, professores estaduais aprovam a greve pelo Repasse do Piso Nacional

Em janeiro, o governo Fátima Bezerra (PT/MDB) deu entrevistas dizendo que não repassaria o reajuste do Piso em toda a carreira do magistério, mas apenas para os professores que recebem abaixo do Piso. Isso despertou a ira da categoria, que em sua maior parte votou na atual governadora, professora Fátima Bezerra.

No dia 19/02, mais de 700 professores se concentraram em frente à governadoria para a assembleia de indicativo de greve. No dia anterior, o governo havia apresentado uma proposta vergonhosa à direção Sinte/RN de 2% em março e 4,27% em dezembro. A categoria, imediatamente, rejeitou essa proposta e aprovou a contraproposta de repasse integral dos 6,27% já em março. Logo em seguida, a base derrotou a direção do Sinte-RN (PT), ao aprovar por esmagadora maioria o indicativo de greve.

Na assembleia do dia 25/02, a categoria se reuniu na Escola Winston Churchill para deflagrar a greve. Na ocasião, recebeu o informe de que o governo tinha apresentado outra proposta rebaixada de conceder 3% em abril e 3,27% em dezembro, sem retroativo. Além disso, o governo reforçou a posição de que só implementará qualquer proposta se passar pelo aval do Ministério Público (MP), ou seja, se o MP garantir ao governo que não entrará com nenhuma ação na justiça contra o executivo para anular o reajuste.

As investidas do Ministério Público do RN contra o magistério são antigas. Em 2024, o Tribunal de Justiça do RN decidiu favorável ao pedido de liminar do MP para suspender o pagamento do restante do retroativo de 2023. O governo Fátima, sorratamente, aproveitou dessa decisão para não pagar também o retroativo de 2024. Agora, o governo Fátima se esconde por trás do Ministério Público para não conceder o Piso de 2025 na carreira do magistério, de forma integral e imediata, com retroativo.

Diante dos informes, a categoria rejeitou a nova proposta rebaixada do governo e também expressou o sentimento de que não aceita as interferências do MP nas negociações, e que a negociação seja diretamente com o governo.

Um dos participantes da assembleia, expressando a linha da direção, propôs parcelamento de 4,27% em março e 2% em dezembro. Porém, com uma dura experiência de não cumprimento de parcelamentos dos anos anteriores, a categoria não aceita mais parcelamento, ainda mais quando se trata de apenas 6,27%.

Na hora da votação, a direção do Sinte-RN fez uma sistematização confusa, dizendo que eram duas propostas a serem votadas: 1) "apresentar uma contraproposta"; 2) "manter a que já está". Não detalhou qual era a "contraproposta", e nem qual seria mantida. Mesmo com a confusão, a grande maioria da assembleia votou na proposta 2. E mesmo assim, a direção do Sinte-RN, cinicamente, declarou aprovada a proposta 1. Isso gerou grande insatisfação da base, que protestava gritando que "não passou, não passou" e "votação, votação", pedindo nova votação.

Depois de muita resistência da base, finalmente a direção colocou novamente em votação as duas propostas, desta vez detalhadas: 1) manter a defesa dos 6,27% em março com retroativo; 2) apresentar contraproposta de 4,27% em março e 2% em dezembro. Por esmagadora maioria, venceu a proposta 1.

Durante toda a confusão na votação, provocada pela direção do Sinte-RN, parte dos professores, indignados, começavam a sair da assembleia. Trata-se de uma tática da direção do Sinte, de tentar esvaziar a assembleia pelo cansaço, para assim conseguir aprovar suas propostas sem a presença do setor mais combativo da categoria.

A assembleia demonstrou uma grande disposição de luta da categoria, que não só rechaçou a proposta rebaixada do governo, mas resistiu às manobras da direção do Sinte-RN em tentar aprovar uma contraproposta rebaixada para o governo. Essa experiência mostra que, mais do que nunca, a categoria precisa assumir em suas mãos essa greve para impor ao governo o atendimento das suas reivindicações.

A Corrente Proletária tem atuado nas assembleias e passagens sistemáticas nas escolas, com notas e boletim, chamando a categoria para a greve, defendendo o repasse imediato do Piso (nada de parcelamento), a incorporação da pauta dos professores temporários de pagamento da 2ª parcela do 13º e o terço de férias (também negados pelo governo), a unidade entre efetivos e temporários, e contra a interferência do MP nas negociações. Têm defendido a unidade da oposição no Sinte-RN, e trabalhado pela construção de uma fração revolucionária entre os trabalhadores em educação.

Boletim distribuído na assembleia do dia 25 de fevereiro

Deflagrar a Greve contra a intransigência do governo Fátima!

O governo Fátima (PT/MDB) provocou o Ministério Público e tenta trazê-lo para a mesa de negociação.

O governo se esconde por trás do Ministério Público para não conceder o Piso integral em março.

A única alegação do governo é o medo do Ministério Público entrar com uma ação judicial.

O governo aproveita a decisão cautelar do TJRN, referente apenas ao retroativo de 2023, para não pagar também o retroativo de 2024.

O governo descontou também nos professores temporários a crise orçamentaria do estado, se aproveitando de um entendimento do STF de 4 anos atrás para, pegando os temporários de surpresa, não pagar o 13º e o terço de férias.

A categoria deve dar uma resposta ao governo!

Contra a interferência do MP nas negociações! A negociação deve ser diretamente com o governo Fátima!

Que o governo repasse do Piso integral em março, com o retroativo!

Pagamento do 13º e terço de férias dos temporários!

Que comece imediatamente a pagar o retroativo de 2024!

Lutar contra a decisão arbitrária do TJRN, que suspendeu o retroativo de 2023!

Unidade entre efetivos e temporários!

Minas Gerais

Zema impõe mais uma derrota aos educadores, desvinculando o piso estadual do nacional

No dia 12/2, o governador Romeu Zema (Partido Novo) conseguiu que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) declarasse inconstitucional a Lei 21.710/2015, que instituiu o piso salarial da educação no estado, o qual deveria acompanhar o valor do piso salarial profissional nacional. A primeira tentativa de desvincular o piso estadual do nacional vem de 2019. O objetivo sempre foi cortar verbas da educação, para satisfazer os interesses do capital financeiro. Zema teve uma vitória política, pois conseguiu ficar livre da exigência por parte dos trabalhadores da educação para que cumprisse a lei.

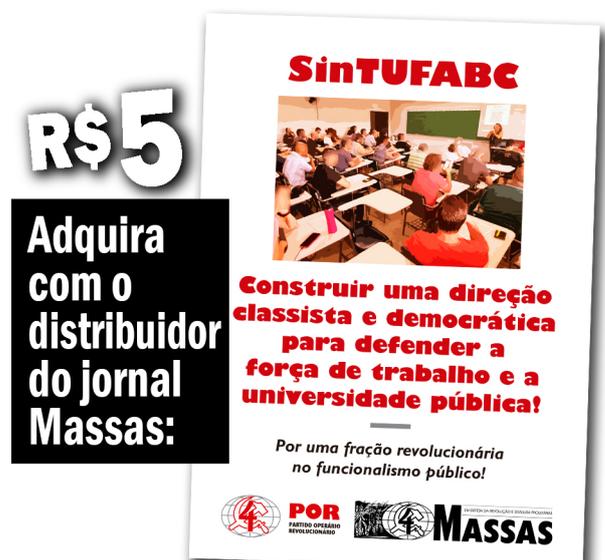
A tendência é de que a desvinculação aumente o arrocho salarial dos educadores, aprofundando a precarização do ensino. Desde 2019, o Piso Salarial Nacional da educação teve reajuste de 90,32%. Porém, em Minas Gerais, o reajuste foi equivalente a 39,96%. Vale lembrar que a lei de vinculação com o piso nacional estava suspensa temporariamente desde 2022, em razão do pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolado pelo governo estadual.

A burguesia mineira insiste na tese de que a arrecadação do estado caiu, que os gastos com o funcionalismo são um “elefante branco” e que é preciso privatizar. Trata-se de um subterfúgio repetido por toda a burguesia, discurso que ganhou força com a ascensão da direita e ultradireita no país, nos últimos anos. A própria eleição do governador Zema foi uma expressão do fortalecimento desse campo. Na onda dos “administradores acima dos partidos”, foi reeleito em 2022, representando uma das frações da burguesia mineira, derrotando setores que governavam o estado há anos, a exemplo do PSDB e MDB.

Essa derrota demonstra, mais uma vez, a necessidade da organização da resistência, no campo da independência de classe. O problema é que, enquanto Zema articulava seis ações judiciais para destruir direitos dos educadores, a direção do sindicato (Sind-UTE) se limitava a chamar as “vigílias” em frente ao Tribunal e a recorrer à Justiça burguesa. A direção sindical e seus aliados - parlamentares do PT, PSOL, PCdoB e satélites - percorreram todos os órgãos da institucionalidade, com vasta documentação, provando

que não haveria impactos nas contas do estado, caso os educadores conquistassem seus reajustes. Tudo em vão. O que prova mais uma vez que os parlamentares da burguesia não se movimentam por “bons argumentos”, e sim por seus interesses gerais de classe, pelas exigências corporativas e mesmo por interesses mesquinhos de camarilha.

É necessário unificar todo o funcionalismo público, os estudantes e suas famílias, e os trabalhadores em geral, com assembleias presenciais massivas, para aprovar um plano de lutas, que contemple a defesa dos empregos, salários e direitos. A Corrente Proletária defende que os sindicatos, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), as centrais sindicais, entidades estudantis e os movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos de rua, como forma de erguer a luta pelas necessidades elementares das massas, o que passa por enfrentar a precarização dos serviços públicos, especialmente a Educação e a Saúde.



R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

SinTUFABC

Construir uma direção classista e democrática para defender a força de trabalho e a universidade pública!

Por uma fração revolucionária no funcionalismo público!

POR PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO

MASSAS



São Paulo

Tarcísio retoma projeto das escolas cívico-militares

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou que pretende implementar, já no segundo semestre de 2025, o programa de escolas cívico-militares. A decisão ocorre após o STF derrubar a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que impedia a implantação do modelo.

Está previsto o anúncio de 300 escolas, que passarão por consulta pública na comunidade escolar, do dia 17 a 24 de março. Estima-se que 100 escolas desse modelo serão implantadas já em 2025. Segundo o programa, militares da reserva ocuparão postos de monitores, que atuarão na segurança, organização escolar e com projetos extracurriculares. A contratação dos militares custará aos cofres públicos o equivalente a R\$ 7,2 milhões.

Trata-se de um reflexo do fortalecimento da extrema-direita no país. A crise econômica se aprofunda e a burguesia precisa controlar os trabalhadores e a juventude oprimida de todas as formas. Na educação, o modelo cívico-militar é uma forma de impor um controle maior sobre os que estudam e trabalham. Certamente pesa, nesse sentido, a memória das ocupações de escola pelos secundaristas em 2015 e 2016.

Com o militarismo dentro das escolas, se intensificará a perseguição política. É uma forma de tentar impedir a resistência aos ataques a direitos conquistados. A liberdade de cátedra, já há muito tempo ameaçada, deixará de existir. A juventude pobre, que já sofre com a atuação da Polícia Militar nos bairros, terá de enfrentar essa mesma realidade nas escolas, sendo alvos contínuos da repressão.

É preciso uma luta estadual e nacional contra esse projeto ultradireitista. Somente uma poderosa greve poderá barrá-lo. É importante que exista uma unidade de todos os educadores contra o modelo de escola cívico-militar. O sucesso desse programa na rede estadual pode levá-lo, também, para outras redes. Em Taboão da Serra, região metropolitana de SP, a Câmara de Vereadores acaba de aprovar um projeto com o mesmo conteúdo. O prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), já disse ser simpático ao projeto. Portanto, a derrota das escolas cívico-militares na rede estadual significa uma vitória para o conjunto da educação do país.

Abaixo as escolas cívico-militares do governo Tarcísio! Em defesa da escola pública, gratuita, laica, para todos e em todos os níveis, e vinculada à produção social!

São Paulo

Chega de manobras!

Tarcísio continua agindo com mãos de ferro sobre a educação pública

Reponder com o programa e métodos próprios dos trabalhadores

No dia 22 de fevereiro, ocorreu a reunião Executiva da Subsele Oeste-Lapa, da Apeoesp. Tinha como ponto de pauta a preparação da primeira reunião de Representantes de Escolas (REs), visita às escolas, organização dos atos regionais e da assembleia estadual. Faziam parte, também, o informe da atuação dos advogados e os problemas de funcionamento da regional.

A Subsele, desde as eleições sindicais de 2022, é coordenada pela chapa de Oposição, que é composta pelo PSTU, POR, CST e independentes. No entanto, desde a sua posse vem sendo golpeada pelas correntes que compuseram a chapa da situação, entre elas, a Resistência (PSOL), PCB e Articulação (PT). Nesses dois anos de mandato, os membros da chapa que dirige a Apeoesp, que tem no seu comando a deputada estadual Maria Izabel, tentam por meio de manobras burocráticas obter a maioria na Executiva. Usam para isso o estatuto aprovado no Congresso de setembro de 2023, após as eleições do sindicato, para as manobras. Dessa forma, deslocam militantes do Conselho Estadual para a região, como foi o caso da transferência do Conselheiro Estadual da Subsele Norte, controlada pelo PT, para a Lapa, um professor efetivo com cargo na Norte, mas que "arruma" aulas como eventual na Lapa; ou fazendo substituições por chapa, portanto, desconhecendo os critérios das eleições de 2023. Critérios esses homologados pela própria direção da Apeoesp na ocasião. Tudo para obterem a maioria na Executiva e continuarem controlando a subsele, desrespeitando o resultado das eleições que deu vitória da Chapa de Oposição (chapa 2) por 52% contra 47%. Esse mesmos que discursam em favor da democracia contra o golpismo são os que insistentemente tentam dar um golpe na coordenação da Subsele da Lapa.

Assim, a reunião da Executiva do dia 22 se transformou em um campo de batalha contra os golpistas, que a todo custo querem modificar a composição de maioria da chapa oposicionista. O que fez com que os pontos sobre a luta dos professores contra as medidas governamentais ficaram para segundo plano. Dessa forma, não foi aprovada nenhuma atividade coletiva da regional. É bom lembrar que as correntes da situação fazem boicote às atividades convocadas pela coordenação regional, como ocorreu com a ma-

nifestação de 6 de fevereiro no centro da Lapa, para denunciar o fechamento de salas e curso noturno, a expulsão do aluno trabalhador e a demissão de professores. Agora, diante da retomada do programa bolsonarista das escolas cívico-militares, não se aprovou uma campanha unitária. A situação vai além: não respeitam a escolha dos REs pelos professores e procuram coletar assinaturas para anular os REs já aprovados nas escolas e com atas já entregues na regional, como é o caso da Escola Tito Prates.

A Corrente Proletária/POR interveio na reunião da Executiva denunciando as manobras golpistas da chapa que foi derrotada na região e defendendo a democracia sindical. No ponto sobre as medidas governamentais, criticou a conduta da direção da Apeoesp de rejeitar a convocação de assembleia no início de fevereiro e adiar para o final de março, quando o fechamento de salas e o desemprego são fatos consumados. Mostrou o quanto o governo Tarcísio continua de mãos livres para impor as privatizações e as escolas cívico-militares. Assinalou como a crise econômica mundial vem atingindo o Brasil e o quanto o governo Lula se tornou refém do capital financeiro e do Congresso Nacional, mantendo as contrarreformas de Temer e Bolsonaro e aprovando uma nova contrarreforma contra o salário mínimo, o BPC, Abono Salarial etc. E defendeu que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a política dos governantes, se coloquem no campo da independência de classe e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, em defesa de um programa de reivindicações que unifiquem os trabalhadores e a juventude oprimida.

No entanto, como a reunião foi conturbada, nada de concreto e unitário foi encaminhado. A divisão entre os trabalhadores é um elemento vital para o êxito das ações dos governos, seja de direita como o de Tarcísio, seja o pseudorreformista de Lula. A conduta das correntes, que não aceitam o resultado das eleições sindicais de 2022, tem de ser combatida pelos professores que se colocam em favor da democracia sindical e em defesa da unidade dos professores, estudantes e dos explorados em geral para derrotar os ataques governamentais.

Rondônia

Uma só assembleia dos trabalhadores da educação do estado e do município

A divisão das assembleias é própria das burocracias sindicais

No dia 21/02, o Sintero convocou assembleias dos trabalhadores em educação do estado pela manhã e do município de Porto Velho à tarde. As duas assembleias foram para informar sobre as tais negociações das reivindicações encaminhadas ao governador e prefeito.

Na assembleia, os trabalhadores da educação do estado, a direção do Sintero informou que a Secretaria da Educação ao receber a pauta de reivindicações simplesmente falou que atenderia os direitos, entre eles, o Piso Salarial nacional, somente em maio.

Diante dessa resposta, a direção do sindicato disse que convocaria as assembleias em todas as regionais para decidir sobre a greve. O que foi respondido rapidamente pela Secretaria da Educação, que ligou para o Sintero com a ameaça: “Vocês querem guerra, então vai ter guerra”. Esse informe da burocracia do sindicato serviu apenas para dizer que o governo recuou e que marcou uma reunião para 14 de março, para responder às reivindicações. Como se vê, trata-se de um filme já visto no ano passado. Ou seja, a direção entrega a pauta para o governo, ameaça com a greve e depois morre nas mesas infundáveis de negociação.

O fundamental está em que a assembleia do dia 21 foi bastante expressiva. Os trabalhadores da educação mostraram disposição de luta. Aprovou-se que se o governo não responder até o dia 18 de março, ocorrerão as assembleias nas 11 regionais para deliberar

a luta coletiva..

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio com a exposição da banca e com boletins na assembleia. Defendeu a organização de uma greve unitária dos trabalhadores da educação, pelo cumprimento da pauta de reivindicações e contra as medidas de desmonte da educação pública, ou seja, contra a privatização, terceirização e militarização das escolas. Enfatizou a importância da preparação das assembleias regionais e da assembleia estadual para deliberar pela greve unitária, envolvendo pais e estudantes. Mostrou que sem a greve, a burocracia do sindicato passará o ano todo informando sobre as mesas de enrolação com o governador e prefeito.

No período da tarde, ocorreu a assembleia dos trabalhadores do município de Porto Velho. A diretoria do Sintero voltou a repetir a mesma embromação. Havia disposição de luta por parte dos trabalhadores, que não querem mais ficar à espera da decisão até o dia 15 de março.

A Corrente Proletária/POR interveio, novamente, assinalando a urgência de preparar a greve unitária com os trabalhadores da educação do estado. Somente com uma poderosa greve será possível quebrar a camisa de força do prefeito e do governador. Para isso, é preciso combater desde já a política conciliadora da burocracia do Sintero.

São Paulo

Eleição à Coordenação Executiva do SinTUFABC: Vote Chapa 10!

Nos dias 26 e 27 de fevereiro ocorrerão as eleições para a Coordenação Executiva do SinTUFABC (biênio 2025-2027). Diferentemente do pleito anterior, os governistas não conseguiram reunir a quantidade mínima de membros (8) para inscrever uma chapa. Assim, a única chapa inscrita é a “Transformação pela Luta: SinTUFABC feito por todas as pessoas TAE!”, que reúne lutadoras e lutadores que foram linha de frente da Greve Nacional da Educação Federal em 2024 e do combate ao autoritarismo governista.

Essa chapa começou a ser organizada durante o 6º Congresso do SinTUFABC, quando a atual direção majoritária (PSOL/PT) tentou impor um estatuto à sua imagem e semelhança a fim de transformar o sindicato em um órgão de cúpula. A oposição que teve suas teses congressuais (CPE/POR e Coletiva) censuradas pela direção aparelhista se uniu com o objetivo de deter a burocratização do sindicato e constituir uma nova direção sindical. A concordância com a defesa da democracia no sindicato e com a independência em relação aos governos e reitorias permitiu a conformação de uma frente de luta com diferentes organizações políticas e ativistas.

Sem perspectiva de retomar o chapão das gestões anteriores, a atual direção majoritária fantasmagórica (PT/CUT e Resistência-PSOL) tentou articular uma nova chapa, mas fracassou. A explicação está na própria experiência que ajudou a desmascarar os governistas. Durante a atual gestão do sindicato, uma importante parcela de membros e apoiadores da direção majoritária se desvinculou da Frente Governista (PSOL/PT/TnL), e o setor que permanece fiel se mostra incapaz de impulsionar uma fração sindical,

inclusive com uma parcela se desfilando do sindicato, em uma conduta antissindical e pró-capitalista.

Há meses, a Corrente Proletária vem defendendo uma chapa unitária da oposição para reconstruir o SinTUFABC. A Coletiva cogitou construir uma chapa sem homens, tal como nas Eleições para o Conselho Universitário (ConsUni), mas essa posição não obteve êxito, o que possibilitou a chapa unitária. Assim como na chapa “Lutar com Independência”, atual direção minoritária do SinTUFABC que a CPE compõe, há divergências políticas importantes no interior da chapa “Transformação pela Luta”, mas é a necessidade de ter um sindicato independente, democrático e de luta que permite a unificação. É a garantia da democracia sindical que possibilitará resolver as diferenças com a discussão, proposição, deliberação e execução coletiva das ações com os TAEs desde as instâncias sindicais.

Forjada na luta em defesa dos TAEs, contra a burocracia sindical, o governo burguês de frente ampla e a camarilha acadêmica que governa a universidade, a Chapa 10 reúne a vanguarda capaz de impulsionar um trabalho político-sindical de reconstrução do SinTUFABC fortalecendo o trabalho de base e recuperando nossa tradição combativa, democrática e transparente. Se você é filiado ao SinTUFABC, vote chapa 10! Se não é filiado, filie-se e participe das atividades sindicais.

A CPE convoca os trabalhadores a votarem na chapa 10, pois é preciso fortalecer nosso instrumento de organização e luta. Mais do que somente votar, chama os trabalhadores a participarem das assembleias, reuniões, eventos e manifestações. A tarefa colocada

é a de fortalecer um sindicalismo classista, que organize a luta independente por um programa próprio de reivindicações dos explorados.

Semana de Mobilização Nacional e Plenária da FASUBRA

A 10ª Reunião da Mesa Central sobre a Pauta Unificada de Reivindicações (PUR) dos Servidores Públicos Cíveis do Poder Executivo Federal, realizada em 20 de fevereiro de 2025, foi mais uma demonstração da enrolação por parte do governo e burocracias sindicais. A PUR foi enviada ao governo sem qualquer participação das bases. Para mudar essa situação é necessário discutir e organizar as reivindicações e os métodos da Campanha Salarial desde as bases.

O FONASEFE está chamando uma “Semana de Mobilização pela Aprovação da LOA e pelo cumprimento dos acordos com o

funcionalismo” com atividades focadas na capital federal entre os dias 11 e 14 de março visando a pressionar os parlamentares a pautarem e votarem o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) no Plenário do Congresso Nacional. Essas ações de “pressão parlamentar” em Brasília são inútuas e desviam a força das bases. A tarefa colocada é a de fortalecer a mobilização em cada local de trabalho e articulá-las regional e nacionalmente.

A FASUBRA convocou para 11 de março um Dia Nacional de Paralisações dos TAEs pelo cumprimento integral do Acordo de Greve e para os dias 14, 15 e 16 de março sua primeira Plenária Nacional Geral de 2025, com a seguinte pauta: 1) Informes da Direção Nacional (DN); 2) Substituições na DN; 3) Análise de conjuntura; 4) Calendário de atividades pelo cumprimento do Acordo de Greve N.º 11/2024. Defendemos a adesão à paralisação e, como parte da agenda da paralisação, a realização de atividades sobre “A Campanha Salarial, a Greve e o Orçamento” e a construção de um Plano de Lutas, a ser apresentado pela delegação do SinTUFABC na Plenária da FASUBRA.

Pernambuco - Boletim da Corrente Proletária Estudantil - Recife

Assembleia da UFPE convoca ato contra o sucateamento e o arcabouço fiscal

Assembleia da UFPE convoca ato contra o sucateamento e o arcabouço fiscal

No dia 24/02, foi realizada uma assembleia “unificada” convocada pelos diretórios acadêmicos em resposta à extrema precariedade do CFCH, no dia 20 de fevereiro, quando um vazamento no CFCH atingiu salas de aula e laboratórios de grande importância para os pesquisadores da universidade.

A juventude debateu sobre os problemas de infraestrutura da universidade, os cortes de verba, os resultados da greve de 2024 e aprovou um ato para o dia 25/02, na BR, em frente à reitoria. Os estudantes também aprovaram a elaboração de um manifesto, um dossiê e um abaixo assinado para a Defesa Civil.

Nós da CPE atuamos com nossa banca e boletim e nossa bandeira de que a UNE rompa com o imobilismo e chame sua base para participar das lutas. Defendemos que as entidades estudantis mobilizem a juventude contra as privatizações, o novo arcabouço fiscal, as contrarreformas e o novo pacote de ajustes e convoquem um Dia Nacional de Lutas.

Para a próxima assembleia, chamemos os secundaristas, os terceirizados, os docentes, os TAEs, os demais trabalhadores e desempregados! Que nos unamos contra a destruição do ensino público através de um método de ação direta, com bloqueios, paralisações e criação de comitês!

Kelvin Presente!

O dia 17/02 marca a tragédia do nosso colega Kelvin que se suicidou na universidade. Kelvin era estudante como todos nós e foi vítima do ambiente hostil que há nas universidades de nosso país. O sofrimento mental não pode ser separado das péssimas condições de vida das famílias trabalhadoras, das incertezas da juventude quanto ao futuro, em meio à crescente precarização do trabalho. As Universidades, com o financiamento cortado ano após ano, não garantem plenas condições de permanência e a redução das oportunidades acadêmicas intensifica a competição, em meio à profunda desmobilização das entidades estudantis.

Nós da CPE estivemos presentes na assembleia geral de estudantes da UFRPE no dia 19/02, em homenagem ao Kelvin e em

denúncia do evento que ocorreu em cima do local onde o jovem morreu. A assembleia deliberou a elaboração de uma carta coletiva, a ocupação do DCE, que no momento se encontra abandonado, e novas assembleias. Fomos recebidos pela reitoria da universidade no dia seguinte com muito atrito, o movimento “Eu defendo a UFRPE” também denunciou as mobilizações reforçando seu imobilismo. Contribuímos na escrita de uma carta coletiva que foi entregue à reitoria com várias reivindicações, entre elas um maior investimento no Departamento de Qualidade de Vida que só possui três psicólogos para todo o campus, o fim da escala 6x1 no contrato dos trabalhadores terceirizados e o posicionamento da universidade contra o novo arcabouço fiscal. Se faz urgente a necessidade de edificar uma assembleia unificada com estudantes, terceirizados, técnicos e professores da UFPE, UFRPE e UPE. Só com a luta e a união de nossas forças que poderemos conquistar um melhor local de estudo.

16º CONEB falhou em organizar a luta estudantil

Atuando como braço do governo, completamente corrompida e burocratizada, a UNE (dirigida majoritariamente pela UJS/PCdoB) teve oportunidade, no início de fevereiro, para organizar a base estudantil e aprovar um calendário de lutas que enfrentasse os ataques à educação pública. Porém, preferiu usar o Conselho Nacional de Entidades de Base da União Nacional (CONEB), que ocorreu em Recife entre os dias 21/01 e 02/02, para despolitizar o movimento estudantil. A arte e a cultura, que têm o potencial de despertar a crítica, foram usadas somente para distrair. É essencial que os estudantes não se iludam com o governo e seus aliados. Não sairemos vitoriosos confiando em articulações reformistas. Somente chamando assembleias regulares, aprovando um calendário de lutas, levando nossa força para as ruas e unindo as pautas com os demais trabalhadores poderemos lutar por uma nova Universidade, que será fruto de uma nova sociedade, fruto da revolução socialista!

O fim da escala 6x1 será conquistado nas ruas!

Foi protocolada no dia 25/02 uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pelo fim da escala 6x1, a ação legislativa do PSOL pode servir para dar visibilidade a essa causa, porém, vemos que

essas iniciativas buscam canalizar para o parlamento as lutas, esvaziando as ruas. Isso se dá porque o PSOL é base do governo Lula, junto com ruralistas e capitalistas de todo tipo. Então a defesa da Escala 6x1 sem o chamado para as manifestações massivas acaba sendo uma máscara para a cumplicidade desse partido com os ataques feitos pelo governo Lula/Alckmin em nome do novo arcabouço fiscal, dando continuidade aos cortes de gastos, privatizações e ajustes.

O Agro desperdiça alimentos para manter os preços altos

Toneladas de alimentos estão sendo descartadas pelo agronegócio para manter os preços elevados. O problema não é a falta de comida, mas sim a lógica do capitalismo, que faz do alimento em mercadoria e prioriza o lucro em vez da alimentação da população.

Atualmente, cerca de 2,5 milhões de brasileiros enfrentam a chamada “insegurança alimentar severa”, sem acesso regular à comida. Enquanto muitos passam fome, o agronegócio opta por jogar fora alimentos em perfeito estado para reduzir a oferta artificialmente e manter os preços altos. Ao mesmo tempo chega a equivaler a 50% do salário mínimo uma cesta básica que nem sequer inclui frutas, legumes ou verduras, ou seja, uma cesta de uma alimentação extremamente pobre e sem qualidade nutricional.

E como garantir que a população consiga se alimentar? Segundo o DIEESE, o salário mínimo necessário para uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 7.156,15, mas a realidade do trabalhador brasileiro é um salário mínimo miserável de R\$ 1.518,00. Isso mal cobre as despesas básicas, enquanto o custo de vida aumenta e a carga horária exaustiva na escala 6x1, com 44 horas semanais, faz com que o trabalhador viva no automático e não tenha tempo para nada, muito menos para cuidar da própria saúde e alimentação.

Saque capitalista da natureza e a mudança climática

O Brasil vem enfrentando verões cada vez mais intensos, causados pelo superaquecimento do planeta. Apesar do fenômeno La Niña ser caracterizado pelo resfriamento anormal das águas do Oceano Atlântico e Pacífico, o que vemos é o oposto. Surpreendendo as estimativas dos especialistas para o início desse ano, a temperatura do Oceano Atlântico, três graus mais alta, criou um bloqueio atmosférico quente, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o Sudeste, impedindo a passagem de qualquer frente fria. A cidade do Rio, por exemplo, ficou por 3 dias consecutivos variando entre 40°C e 44°C, forçando o COR (Centro de Operações Rio) a declarar alerta nível Calor 4.

Apesar do Rio de Janeiro ser conhecido por belas praias, nem todos têm o privilégio de se refrescar na beira do mar. A massa trabalhadora sofre com transportes sem ar-condicionado, escolas sem climatização, falta d'água, falta de energia elétrica, além de problemas de saúde causados pelo excesso de calor, como desidratação, insolação e os efeitos físicos e mentais do estresse térmico.

Todo esse efeito das ondas de calor é enfrentado em meio a privatização da CEDAE (responsável pelas águas e esgotos), que, desde sua venda ao capital estrangeiro, passou a fazer interrupções diárias na distribuição de água, inclusive nos dias de alerta de Calor 4. Na esteira desses acontecimentos, a população ainda enfrenta o aumento das passagens de ônibus e metrô (que em abril chegará aos inacreditáveis R\$ 7,90), e as operações policiais nas comunidades que seguem acontecendo. Locais que já são carentes de água e luz, seguem sofrendo com a intervenção violenta do Estado mesmo nos dias mais quentes.

Nós da CPE-POR defendemos que não há tempo a perder! A redução da jornada de trabalho, sem a redução de salários, não pode esperar. Que os sindicatos e centrais convoquem suas bases para um Dia Nacional de Luta, com bloqueios e paralisações; que seja exigido a escala móvel das horas de trabalho e o salário mínimo vital (R\$ 7.156,15, nos cálculos do DIEESE).



Além disso, a indústria alimentícia e a indústria farmacêutica operam lado a lado. Alimentos ultraprocessados e cheios de substâncias prejudiciais à saúde são vendidos a preços mais baixos, obrigando os mais pobres a consumir em massa produtos sem valor nutricional. Isso colabora na debilitação da saúde da população, que fica doente e enfraquecida e, por consequência, precisa gastar cada vez mais com remédios e tratamentos. Enquanto isso, ambas as indústrias acumulam lucros bilionários, enquanto o trabalhador luta para sobreviver.

Enquanto o trabalhador não se organiza e lutar por mudanças, os patrões continuarão explorando a mão de obra e mantendo um sistema de brutal exploração, que mutila os trabalhadores submetendo-os a uma verdadeira escravidão moderna. A história já mostrou que, mesmo quando a escravidão foi abolida, os ex-escravos e imigrantes continuaram endividados e presos a um sistema injusto. Qual é a solução? Se organizar e lutar! Enquanto houver lucros para os patrões, sempre haverá trabalhadores mal pagos, alimentos sendo jogados fora e uma população adoecida para alimentar o ciclo de exploração da indústria farmacêutica e alimentícia.

No que diz respeito à educação, a situação não é diferente. O SEPE fez um levantamento junto aos servidores e pais e chegaram ao resultado de que são 150 escolas sem ar-condicionado, no total, diferente dos dados cedidos pela prefeitura, que indicaram apenas 15. Nesse contexto, começaram a ocorrer greves de estudantes que se recusam a estudar em meio a tais condições insalubres ensino.

A atual crise climática, manifestada pelas ondas de calor, são reflexo da barbárie capitalista, onde a busca pelo crescimento constante é baseada na produção e no consumo desenfreado, que faz com que o planeta dê sinais de esgotamento. Alguns partidos e organizações de esquerda apoiam os discursos burgueses que falam sobre investir mais em tecnologia verde, em energia renovável etc.. Mas tentar produzir mais no sistema capitalista usando meios renováveis só vai aumentar a exploração de recursos naturais, como a extração de minerais, gerando uma exploração forçada em maior escala.

Somente a luta da maioria oprimida, sob a condução da política proletária pode gerar uma perspectiva de melhora das condições de vida dos trabalhadores. É dever dos sindicatos, centrais e movimentos sociais darem uma resposta ao problema. A convocação imediata de um Dia Nacional de Luta no país, que pare a produção e una as categorias, pode iniciar a resposta dos explorados à crise climática e suas manifestações no país. O POR chama a classe operária e demais trabalhadores à organização da luta revolucionária contra a exploração capitalista irracional e anticientífica da natureza.

São Paulo - ABC

Todo apoio às mães de crianças com deficiências Que o Estado atenda plenamente!

Em 21 de novembro de 2024, a Prefeitura de São Bernardo do Campo inaugurou o Centro de Referência em Transtorno do Espectro Autista (TEAcolhe). Pioneiro no estado de São Paulo e construído no espaço onde funcionava o Hospital Municipal Universitário de São Bernardo (HMU). O Centro foi noticiado como uma grande contribuição da Família Morando para os munícipes. Contudo, passados três meses a realidade vem mostrando a completa demagogia dos politikeiros. Diversas consultas foram canceladas e não há previsão de remarcação. Algumas mães de crianças autistas estão se movimentando para denunciar a situação e exigir o pleno atendimento.

Nas unidades públicas de saúde geral, onde o atendimento já é precário, a situação é ainda mais dramática para as pessoas com sofrimento psíquico e seus familiares. Esperam-se anos para aparecer uma vaga. A maioria não pode pagar uma consulta ou uma terapia especializada, e depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), que cortou uma série de serviços devido à política de austeridade fiscal. A minoria que consegue pagar planos de saúde privados também enfrenta dificuldades, pois as administradoras dos convênios criam obstáculos para aceitar autistas em grau severo, por exemplo.

As pessoas com sofrimento psíquico ou com deficiência sofrem com a ausência de transporte adequado, tanto para as consultas

como para a escola e outras atividades. Os familiares e, principalmente, as mães solas, que é maioria entre os responsáveis por essas pessoas, se veem impedidas de conciliar a rotina de cuidado, terapias e atendimentos com o emprego. A negligência do Estado obriga os familiares a se responsabilizarem quase que exclusivamente com as Pessoas com Deficiência (PcD). Onde há profissionais contratados, as condições de trabalho são extremamente precárias. Nas instituições públicas de ensino, os profissionais especializados ou de apoio são responsáveis por até sete crianças ao mesmo tempo, o que torna impossível oferecer o acompanhamento e suporte necessário.

A luta não é só das mães que estão sofrendo diretamente com a precarização e falta de atendimento. Trata-se de uma luta geral que deve ser encarnada pelos explorados. Para isso, é fundamental que os movimentos sindical, estudantil e popular apoiem o movimento das mães e exijam o imediato atendimento das reivindicações, o que passa pela organização de um movimento em defesa do pleno funcionamento do TEAcolhe; do financiamento integral do SUS, com garantia de toda a infraestrutura, do quadro profissional necessário ao atendimento e do fornecimento de medicações; da estatização da Fundação do ABC e demais Organizações Sociais e instituições privadas de saúde; pela criação de centros especializados, inclusive de formação; de uma política de apoio às mães solas, incluindo auxílio financeiro e psicológico.

Intervenção do POR nas manifestações contra a escala 6XI e em defesa da redução da jornada sem redução dos salários

Pernambuco

Ato pelo fim da 6x1 no Recife



No dia 16/02, ocorreram atos pelo fim da escala 6x1 em todo o país. Na capital pernambucana o ato foi esvaziado. A concentração foi marcada para as 11h e contou, predominantemente, com a participação dos militantes das correntes de esquerda. Estiveram presentes representantes do PSTU, Juventude Rebelde, PCBR, UJC, MRT, CSP-Conlutas, entre outros, em menor número. Observou-se que o PSOL não se envolveu na organização do ato e nem na atuação nas ruas. Embora a pauta seja de interesse significativo para o partido, tendo vereadores e deputados da legenda direcionando a luta para o legislativo, ignoraram a luta nas ruas. Encontrou-se somente um militante do PSOL isolado distribuindo panfletos.

A ausência mais significativa foi a das centrais e sindicatos não chamaram os trabalhadores para ir às ruas, nem os organizaram para as paralisações. Sem a classe operária e os demais trabalhadores, o ato teve um valor simbólico de manter a pauta em evidência.

Confirmou-se a previsão de que realizar a atividade no domingo seria um erro, visto que a circulação de pessoas no centro de Recife diminuiu, grande parte do comércio é fechada e o trânsito reduzido. Na reunião preparatória, o POR havia alertado sobre essa questão, mas foi desconsiderado.

Além de falas, o ato contou com uma curta caminhada por dentro do Shopping Boa Vista. A entrada dos manifestantes gerou atrito com os seguranças do local. Estes tentaram impedir a atividade fechando o portão principal e colocando-se na frente dos manifestantes. Porém, estando em menor número, os seguranças foram incapazes de conter os militantes, que mantiveram o portão aberto, permitindo que o restante das pessoas entrasse no Shopping sem dificuldades. Os seguranças, no entanto, permaneceram o percurso inteiro exigindo o retorno do grupo. Algumas lojas fecharam as portas e as escadas rolantes foram desativadas para impedir que o ato prosseguisse, mas ainda sim houve trabalhadores locais que demonstraram interesse, aceitando panfletos e comentando palavras de apoio pela pauta. Apesar disso, os trabalhadores não se agitaram a se unirem ao ato. A caminhada seguiu firme até o final do percurso, na saída do Shopping, sem ceder aos impedimentos.

O POR atuou com panfletagem e expôs a banca durante a concentração do ato, atraindo interessados e novos contatos. Durante as falas, a intervenção do partido defendeu a escala móvel das horas de trabalho, a redução da jornada sem a redução dos salários e

agitou os trabalhadores que passavam na rua para um Dia Nacional de Luta, utilizando o método de ação direta, com paralisações e bloqueios. Os trabalhadores foram alertados a não depositar suas esperanças no caminho parlamentar. A única forma de vencer essa escala de superexploração é através de uma luta unificada e independente! É preciso que as centrais sindicais e sindicatos rompam imediatamente com o governismo! Que as entidades estudantis, corrompidas pela burocratização, também se unam à luta e avancem para as ruas, junto aos operários e trabalhadores!

Denunciamos também que o governo Lula, escancarando o seu pacto de continuidade das contrarreformas, provoca mais um ataque à classe trabalhadora com o pacote de ajustes, apresentado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, Fernando Haddad e Simone Tebet. Entre as medidas, estão cortes na saúde e na educação, redução no número de beneficiários do BPC e do Abono Salarial e, ainda, um limite de aumento no salário mínimo, de 2,5%. O pacote traz medidas que irão impactar diretamente a vida dos trabalhadores, que já vivem em escalas absurdas de superexploração, com salários inferiores ao salário mínimo necessário calculado pelo Dieese em R\$ 7.156,15.

Em seus materiais, o POR afirma que a luta contra a escala 6x1 deve se unir a luta contra o pacote do governo Lula, as demais contrarreformas, as privatizações e aumento de tarifa. A população de Recife sofre com as tentativas de privatização do saneamento básico da cidade (Compesa) e do metrô (CBTU).

Que os sindicatos dos trabalhadores unifiquem as lutas e se fortaleçam juntos para uma luta nas ruas, com paralisações que interrompam a produção e chamem os demais trabalhadores para uma luta independente e conjunta!



São Paulo

Frente pelo fim da escala 6x1 realiza ato na Avenida Paulista



O dia 16/2 foi marcado pela realização de manifestações em várias cidades do país pelo fim da escala 6x1 (trabalha seis dias, descansa um). Na capital paulista, o ato se deu na Avenida Paulista, contando com centenas de pessoas. O Partido Operário Revolucionário participou da organização e convocação, fez campanha nas fábricas, levou suas faixas e bandeiras, montou sua banca de materiais e distribuiu o seu Manifesto.

O POR tem se empenhado na luta pelo fim dessa odiosa escala de trabalho, que é um símbolo da opressão geral sofrida pelo proletariado e demais trabalhadores. Sabe-se que a juventude é a mais afetada pelos contratos de trabalho nessa escala. O partido tem defendido que se trata de vincular essa bandeira à defesa das reivindicações elementares dos trabalhadores, principal-

mente a defesa dos empregos, salários e direitos. Trata-se de defender a redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários. Para isso, tem colocado também a necessidade de os explorados erguerem esse combate no campo da independência de classe, empregando os métodos históricos de luta da classe operária, a ação direta, ou seja, as greves, ocupações, manifestações massivas de rua etc. O que implica confiar em suas próprias forças.

Esse último aspecto da linha política do POR, em particular, tem se chocado com a linha das correntes reformistas e centristas. O movimento VAT (Vida Além do Trabalho), por exemplo, tem subordinado suas ações à disputa no interior do Parlamento, como

se fosse possível conquistar alguma vitória através das negociações no Congresso Nacional. Nesse sentido, tem se colocado a reboque de parlamentares da esquerda, como é o caso da deputada Erika Hilton (PSOL), que protocolou um dos projetos relacionados a essa reivindicação.

O maior exemplo de como essa linha só pode conduzir à derrota foi dado pela experiência recente. Hilton decidiu esperar para dar prosseguimento à tramitação de seu projeto, tendo em vista a proximidade da eleição da nova composição da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que era presidida pelo PL, além da própria presidência da Casa Legislativa. O resultado foi que, provavelmente, o cargo ficará com o chamado “centrão”, o que não mudará nada em essência quanto à tramitação do projeto, ou seja, a tática de “esperar” só atrasou a mobilização dos trabalhadores, perdendo um tempo precioso na organização da campanha.

Daí a importância da colocação feita pelo POR de que os trabalhadores não devem confiar no Parlamento, nem na Justiça burguesa. A tarefa colocada agora é fazer o balanço rigoroso dos atos do dia 16/2 e preparar a continuidade da mobilização. O partido tem insistido na proposta de que as direções sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios de avenida, de forma a contemplar o combate pelo fim da escala 6x1, em ligação com as demais reivindicações dos explorados. Esse é o caminho da unidade, que é a única maneira de colocar em movimento a força social capaz de impor uma derrota à burguesia.



Manifesto do POR distribuído nas manifestações contra a escala 6X1

FIM DA ESCALA 6x1

Pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários!

Revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, da Lei da Terceirização e do pacote antioperário de Lula/Haddad!

Que as centrais, os sindicatos e movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua, pelo fim da escala 6x1, em defesa dos empregos, salários e direitos!

Nenhuma confiança no Congresso Nacional! Confiar em nossas próprias forças e nos métodos de luta da classe operária, que são as greves, ocupações, bloqueios de avenida etc.!

16 de fevereiro de 2025

Os trabalhadores do país não aguentam mais tanta exploração. As longas e cansativas jornadas, os baixos salários, a instabilidade no emprego, a retirada de direitos, as condições precárias de trabalho e a opressão exercida pelos patrões compõem uma realidade insuportável para milhões de brasileiros e trabalhadores no mundo todo. Soma-se a esse quadro, o flagelo das guerras de dominação, principalmente na Ucrânia e na Palestina (apesar do cessar-fogo). Trata-se das múltiplas manifestações da barbárie espalhada pelo capitalismo em crise.

O problema da superexploração não é de hoje, mas se intensificou com a aprovação da contrarreforma trabalhista, em 2017. A medida, aprovada no governo de ditadura civil de Temer, significou praticamente a anulação da CLT, porque colocou o princípio do “negociado acima do legislado”, ou seja, sobrepôs os acordos coletivos por categoria às leis trabalhistas do país. Vale lembrar que a CLT consagrou diversos direitos fundamentais, obtidos com muita luta dos explorados brasileiros. É o caso de mencionar as heroicas greves da classe operária em defesa da jornada de 8 horas diárias, no começo do século XX.

A contrarreforma previdenciária, por sua vez, aprovada no governo Bolsonaro, em 2019, tornou praticamente impossível aos trabalhadores alcançarem a aposentadoria, o que quer dizer que terão de trabalhar muito mais sob o regime de superexploração. Já a Lei da Terceirização permitiu uma ampla expansão desse regime de trabalho, conhecido pela precarização. Os terceirizados ganham menos e trabalham mais, e a rotatividade é alta nesses empregos.

A contrarreforma de Lula e do Congresso Nacional atingiu o salário mínimo, Benefício de Prestação Continuada, abono salarial, entre outros direitos. O salário mínimo de 1.518,00 não dá para sustentar o trabalhador e sua família. O custo de vida está nas alturas: o preço do café disparou, subindo 40%, o arroz chegou a subir mais de 18%, o aluguel subiu 13% e os combustíveis subiram em torno de 10%. O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin diz que o desemprego caiu, mas esconde que ainda há mais de 6 milhões de desempregados e que os novos postos de trabalho, principalmente os criados após a Pandemia, são precarizados. Existem cerca de 40 milhões de trabalhadores na informa-



tividade, fazendo “bicos”, sem qualquer direito trabalhista.

Não há dados exatos sobre quantas pessoas trabalham na escala 6x1, pois as pesquisas indicam somente as horas semanais. Dados do Ministério do Trabalho apontam que aproximadamente 35 milhões de brasileiros trabalham entre 41 e 44 horas. Considerando a jornada de 8h/dia, contida na CLT, pode-se supor que seja essa a quantidade de trabalhadores contratados na escala 6x1. Na verdade, a soma é maior. Os mesmos dados do Ministério revelam que há cerca de 350 mil pessoas trabalhando entre 45 e 48 horas, e por volta de 820 mil labutando mais de 48 horas por semana.

Sabe-se de redes de supermercado, por exemplo, que impõem a odiosa jornada de 10x1 – como é o caso do Zaffari.

Estão aí os dados da realidade que demonstram o porquê da luta pelo fim da 6x1 ter ganhado projeção nacional. Os patrões e seus lacaios, como era de se esperar, têm respondido à questão afirmando que a diminuição da jornada poderá “quebrar” a economia. Falam que é preciso verificar o problema da produtividade do trabalho, eliminar os chamados “gargalos” da economia etc. etc. Isso tudo não passa de falatório para esconder o desejo de preservar seus lucros, obtidos tirando o coró da massa de explorados do país.

A superexploração da escala 6x1 só tornou mais didática a explicação do princípio elementar do funcionamento do sistema capitalista, que é a luta de classes. Revelou o caráter antagônico dos interesses da burguesia e do proletariado. Enquanto a burguesia pretende explorar mais e mais, os trabalhadores necessitam conter essa voracidade do capital e se defender, lutando pela redução da jornada, sem redução dos salários. Daí a conclusão mais importante para os oprimidos: quem impõe a odiosa escala 6x1 é o inimigo de classe do proletariado, é a burguesia, são os donos das fábricas, das máquinas, das terras etc. Àqueles que nada possuem resta vender a sua força de trabalho em troca de um salário. O POR defende que o movimento contra a escala 6x1 tem de assumir o caráter de luta de classe contra classe.

É preciso unificar o combate nacionalmente pelo fim dessa escala, em defesa da redução da jornada, sem redução dos salários, ligando essa luta à defesa dos salários, empregos e direitos, pela

revogação de todas as contrarreformas. A convocação nacional dos atos no dia 16/2 foi um acerto, mas a luta não pode parar por aí. Os sindicatos, as centrais, os movimentos sociais e as entidades estudantis têm de sair da passividade, convocar as assembleias e convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas de rua. É urgente unir empregados, desempregados e subempregados (precarizados), estudantes, trabalhadores da iniciativa privada e o funcionalismo público, os da ativa e os aposentados, enfim, erguer uma poderosa mobilização nacional dos explorados pelo fim da 6x1.

É importante, nesse sentido, combater as ilusões no Congresso Nacional. É sabido que há mais de um Projeto de Lei sobre esse tema em discussão entre os deputados. O Congresso, porém, não

passa de um covil de bandidos, dominado pelo dito “centrão”, pela direita e ultradireita. Nenhuma conquista para os trabalhadores virá das negociatas parlamentares. Os explorados devem confiar em suas próprias forças e nos métodos de luta históricos da classe operária, que são as greves, ocupações, bloqueios de avenida etc. Os atos do dia 16/2 devem se constituir em um ponto de partida para um movimento mais forte. É necessário que as manifestações se convertam em assembleias massivas, para que os próprios explorados possam discutir e deliberar sobre as reivindicações e métodos de luta.

Está aí o caminho para a constituição da força social capaz de derrotar a pressão patronal pela manutenção da escala 6x1 e conquistar o fim dessa odiosa escala de trabalho!

Nesta edição:

V Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Alemanha - Eleições – Derrota da Socialdemocracia e ascensão da ultradireita refletem impasses na Alemanha;

33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - posicionamento do Partido Operário Revolucionário (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI);

Liquidação da URSS, restauração capitalista, choques de nacionalidades e guerra;

Fora qualquer influência do imperialismo na guerra Rússia - Chechênia;

A restauração capitalista é responsável pela opressão nacional e pelos atos terroristas.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



V Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

A Conferência se realizou no dia 22 de fevereiro de 2025, na Bolívia. Aprovou-se a moção para que a Conferência esteja sob a presidência honorária do camarada Miguel Lora. O camarada Noel fez uma breve história do percurso militante de Miguel, mostrando sua importância para a construção do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, do ponto de vista programático, e, em particular, para a Corrente da Educação, que desenvolve a política do proletariado em meio ao sindicato de classe média. Noel ressaltou a firmeza do militante profissional que enfrenta todas as vicissitudes da luta de classes. Miguel Lora é um exemplo de militante profissional no sentido leninista da concepção partidária.

A Conferência discutiu e aprovou os seguintes documentos: Projeto sobre a Situação Internacional, Resolução sobre a América Latina, Balanço de Atividades da Direção do CERQUI e Informes das seções sobre a situação nacional. Por três meses, se prepararam nas seções os documentos. As diferenças e divergências foram expostas por meio dos Boletins Internos. A Conferência votou o Projeto sobre a Situação Internacional em suas linhas gerais. Aprovado por unanimidade, se passou a discutir as propostas de emendas, que constavam nos Boletins Internos. Decidiu-se, portanto, por maioria e minoria. As principais divergências se deram em torno às seguintes questões:

1) Na tese 14 afirma-se que “As massas, sem a direção revolucionária, serviram à contrarrevolução anticomunista”, e na tese 17 que “O imperialismo não necessitou demoli-la por meio de uma guerra. O estalinismo se originou como um embrião da restauração, que levou décadas para se desenvolver e concluir com

uma contrarrevolução dirigida por uma fração do próprio Partido Comunista.”.

A proposta de eliminação da passagem foi rejeitada.

2) Assim se estabelece na tese 26: “Não bastaram a destruição das conquistas fundamentais da revolução proletária. Esse feito histórico deveria e deve se desdobrar em submissão ao capital internacional do conjunto das ex-repúblicas soviéticas, entre elas, da própria Rússia”.

A proposta de eliminar a linha que se refere à destruição das conquistas fundamentais da revolução proletária foi rejeitada.

3) No ponto 46: “Somente a classe operária unida contra a ofensiva do imperialismo e os interesses anexionistas da Rússia pode impor uma paz sem anexações”.

A proposta de substituição da afirmação do ponto 46 por: “Somente a classe operária unida contra a ofensiva imperialista, com o programa do restabelecimento da URSS e o poder dos Sovietes, pode deter a carnificina fratricida em que o capitalismo decadente nos lançou” foi rejeitada.

4) No ponto 19 diz que “A China restauracionista emergiu como potência econômica nos marcos do capitalismo em decomposição e historicamente esgotado”.

A proposta de modificar a redação para: “O Estado operário degenerado chinês emergiu como uma potência econômica...” foi rejeitada.

5) No ponto 21, estabelece-se que "A restauração capitalista na China, no Leste Europeu e na ex-URSS serviram de válvula de escape à superprodução ... Sem a revolução política, a restauração foi impondo-se sob as pressões do capital imperialista"

A proposta de modificação da primeira linha do ponto 21 e a eliminação da última linha que indica que a restauração "foi impondo-se" foi rejeitada.

6) A proposta de mudança do ponto 37 foi acatada. O grande problema não se encontra somente no fato da China ter potenciado seu vasto mercado interno e concorrido no mercado mundial com manufaturas mais baratas, mas principalmente por ascender ao topo da alta tecnologia e deter poderes sobre as cadeias de abastecimento. Essa contradição surgida do processo de restauração capitalista vem se revelando como parte dos impasses da economia mundial do pós-guerra e da incompatibilidade entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção da época imperialista". Substituiu-se "Essa contradição" por "Esse conflito".

A V Conferência, certamente, é um ponto alto na construção do CERQUI, que toma como tarefa superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. As discussões em torno às divergências, acima descritas, se deram no marco do centralismo democrático e da mais transparente camaradagem. Em sua base esteve o método da elaboração coletiva, da crítica e autocrítica. É fundamental assinalar que as votações indicaram uma rigorosa preparação pela direção do CERQUI e pelas seções.

Ficou bem assentado a distinção entre as naturais divergências e as artificiais. Esteve presente a orientação de que o marxismo "não é um dogma, mas um guia para a ação". As modificações e ajustes de posições estão determinados pelo "desenvolvimento histórico multiforme e pleno de contradições". É imperativo que estejam ligados às "tarefas práticas definidas pela época, que podem modificar-se a cada nova virada da história". O marxismo por não ser um "dogma morto", por não ser "uma doutrina acabada, pronta, imutável", constitui um "guia vivo para a ação". Eis por que "não pode deixar de refletir em si as mudanças surpreendentemente bruscas das condições da vida social". É nesse terreno que os marxistas divergem e tomam decisões, garantido assim a coesão revolucionária diante da "profundidade da crise e da necessidade de lutar contra ela, para defender as bases teóricas do marxismo e as suas teses essenciais". Muitas vezes "deturpadas pelos lados mais opostos da difusão da influência burguesa sobre os diferentes 'companheiros de viagem' do marxismo". É dever dos marxistas-leninistas-trotskistas combater a "desagregação no seio do marxismo" nas condições mais difíceis da luta de classes.

Essa orientação de Lênin balizou as discussões da V Conferência. Esse foi um significativo ganho para avançar no objetivo de fortalecer o CERQUI e projetá-lo como verdadeiro instrumento de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Abaixo destacamos algumas passagens da Resolução sobre a Situação Internacional.

1. O que caracteriza a situação é o predomínio das tendências bélicas. Esse fator expressa o esgotamento da ordem internacional edificada no pós Segunda Guerra Mundial. As forças produtivas se acham encarceradas nas relações capitalistas de produção monopolistas e pelas fronteiras nacionais.

2. As rupturas nas relações econômicas, comerciais e militares indicam que os Estados Unidos já não podem sustentar sua hegemonia imperialista sem que seja pela sobreposição de seu poderio militar ao econômico.

3. A capacidade dos Estados Unidos de dirigirem e constituírem a aliança vitoriosa contra a Alemanha, Itália e Japão deu-lhes o poder de decidir sobre a partilha do mundo e a reconstrução econômica do pós guerra. Essa posição possibilitou que alcançassem um poder militar dos mais poderosos jamais visto na história do capitalismo.

4. O fato da URSS ter se subordinado à aliança imperialista vencedora favoreceu enormemente o domínio hegemônico dos Estados Unidos. A reconstrução econômica, a criação da OTAN e o estabelecimento de novas instituições sob o controle norte-americano se voltaram ao isolamento da URSS e de seus satélites no Leste Europeu, que emergiram do enfrentamento à Alemanha.

(...)

12. A crise mundial de 1980 atingiu amplamente a América Latina. O continente se encontrava endividado, estagnado e travado pelo atraso econômico. Os golpes e as ditaduras militares nas décadas de 1960 e 1970 responderam ao avanço das lutas operárias e camponesas. Expressaram o fracasso do nacionalismo burguês e a capitulação das burguesias nacionais. Os Estados Unidos não só organizaram as conspirações contrarrevolucionárias como estabeleceram uma orientação econômica geral. O Tesouro norte-americano, o FMI e o Banco Mundial montaram o que se denominou "Consenso de Washington", em 1989, cuja vigência percorreu quase uma década e meia. O conjunto de medidas implicou maior subordinação da economia latino-americana ao capital financeiro e aos monopólios internacionais. Resultou em maior sacrifício da maioria oprimida.

13. A década de 1980 se caracterizou pela retomada da crise mundial nas condições do pós Segunda Guerra. Já na década de 1970, manifestaram-se os sinais de esgotamento da nova ordem mundial. Os Estados Unidos se viram obrigados a encerrar a longa guerra no Vietnã, iniciada em 1955, admitindo a derrota em 1975. Tratava-se de reorientar as forças do imperialismo contra a URSS, que havia apoiado o movimento anti-imperialista no Vietnã do Norte e que se achava em conflito com a China. A crise econômica capitalista atingiu tanto a URSS quanto a China. Os Estados Unidos e a Europa, recomposta do cataclisma da Segunda Guerra, bem como o Japão, estavam em melhor posição para impulsionar as tendências restauracionistas abrigadas na URSS e na China.

14. O esgotamento do desenvolvimento das forças produtivas na URSS e na China nos marcos nacionais e o cerco das potências nas condições de retomada da crise do pós guerra potenciaram as forças restauracionistas. Os Estados Unidos e aliados europeus puderam incentivar as divisões nos partidos comunistas estalinizados e alimentar o descontentamento da população contra as burocracias que a passos largos se decompunham. A revolta na Polônia, abril de 1989, se tornou o epicentro do desmoronamento do Leste Europeu e fator decisivo da derrocada da Alemanha Oriental. A burocracia soviética dava passos largos nas relações com o imperialismo e dinamizava o processo de restauração. As massas, que iniciaram o processo da revolução política, o levante contra a burocracia estalinista, não puderam levar à vitória da revolução. A burocracia tinha comprovado que a resposta repressiva já não podia conter os movimentos. Somada a isso, a ausência de uma direção revolucionária que orientasse a revolta permitiu que as forças restauracionistas reacionárias se colocassem à sua frente. As massas, sem a direção revolucionária, serviram à contrarrevolução anticomunista. Não tiveram como separar o estalinismo restauracionista do regime social orientado para o comunismo, bem como o nacional socialismo do internacionalismo proletário.

(...)

17. A derrubada da URSS, em dezembro de 1991, resultou na maior conquista da "Guerra Fria". O imperialismo não necessitou demoli-la por meio de uma guerra. O estalinismo se originou como um embrião da restauração, que levou décadas para se desenvol-

ver e concluir com uma contrarrevolução dirigida por uma fração do próprio Partido Comunista. A burguesia pôde passar da Comunidade Econômica Europeia para a União Europeia, em 1993. Relativizou suas fronteiras nacionais em função das dificuldades em manter suas forças produtivas e diminuir as possibilidades dos choques que levaram à Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Fez parte dessas mudanças, o fortalecimento da OTAN, que é o braço armado dos Estados Unidos na Europa e no mundo.

(...)

19. A China restauracionista emergiu como potência econômica nos marcos do capitalismo em decomposição e historicamente esgotado. Nesse contexto de restauração capitalista, a burocracia maóista-stalinista empurrou a classe operária chinesa para a superexploração, transformando-a em mão-de obra barata a serviço do capital financeiro imperialista. Agigantou-se como potência industrial e comercial ganhando terreno na Ásia Oriental e ocupando o lugar do Japão e Coreia. A bancarrota das economias do Sudeste e do Oriente asiáticos teve em compensação a emersão da China a partir da década de 1980.

(...)

21. A restauração capitalista na China, no Leste Europeu e na ex-URSS serviram de válvula de escape à superprodução, ao enorme acúmulo de capital parasitário e às tendências de queda na taxa de lucro. A subordinação ao mercado mundial dos países que romperam as cadeias de dominação imperialista passou a ser um imperativo nos marcos de esgotamento da partilha do mundo do pós Segunda Guerra e agravamento do choque entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção. Sem a revolução política, a restauração foi impondo-se sob as pressões do capital imperialista.

(...)

26. A aliança montada pelos Estados Unidos em nome da defesa da Ucrânia e contra o expansionismo russo gestou uma guerra que poderia e pode se desdobrar em uma guerra europeia. Não se chegou a esse extremo porque seria o prólogo para uma terceira guerra mundial. A manutenção da Ucrânia dilacerada e derrotada responde à decisão do imperialismo de, em última instância, enfraquecer a Rússia e alimentar as contradições que estiveram e estão na base da restauração capitalista e liquidação da URSS. Não bastaram a destruição das conquistas fundamentais da revolução proletária. Esse feito histórico deveria e deve se desdobrar em submissão ao capital internacional do conjunto das ex-repúblicas soviéticas, entre elas, da própria Rússia. A guerra na Ucrânia emergiu como consequência da restauração capitalista e da derrocada da URSS. A vitória completa dos Estados Unidos e aliados pressupõe eliminar o poder econômico e militar que a Rússia herdou da revolução e da fortaleza da URSS. As potencialidades da Eurásia devem passar para o controle dos monopólios e capital financeiro dirigidos pelos Estados Unidos e aliados.

(...)

28. A guerra desencadeada pelo Estado de Israel contra os palestinos de Gaza, longe de ser um acontecimento regionalizado e isolado, integra o processo geral da decomposição do capitalismo. A burguesia judia sionista utilizou a operação militar do Hamas em 7 de outubro de 2023 para impulsionar a anexação de toda a Palestina e aumentar suas fronteiras com o Líbano. O Oriente Médio vem sendo estremecido pelos ataques das Forças de Defesa de Israel não só ao Líbano, mas também à Síria e ao Irã. Os ataques mútuos entre Israel e Irã evidenciam a presença dos conflitos e da escalada militares. Vários são os antecedentes, mas principalmente a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque de 1990 e 2003; contra o Afeganistão em 2001 e a intervenção na guerra civil na Síria em 2011. Em particular, a guerra na Síria desencadeou um conflito dos Estados Unidos com a Rússia e a China em torno à derrubada ou preservação do governo de Bashar al-Assad. A Síria foi devastada e até hoje não se recuperou. É nesse marco que se fez um acordo

para esmagar o movimento nacionalista Estado Islâmico, originado nas entranhas da guerra norte-americana contra o Iraque. Esses acontecimentos têm suas raízes na Primeira Guerra Mundial, fim do Império Otomano e partilha ditada pelo imperialismo.

(...)

34. A guerra comercial e a crise de superprodução vêm diminuindo a taxa de crescimento da China. As últimas medidas de Pequim para fazer frente à queda econômica, recorrendo a um maior endividamento, assinala as dificuldades crescentes que tem pela frente. São esperados drásticos reflexos na economia mundial. Eis por que despontam sinais de descontentamento na União Europeia com as ações ultraprotecionistas dos Estados Unidos, que poderão derrubar não apenas o crescimento da China, mas também de outros países que estabeleceram importantes ligações com a economia chinesa, como a Alemanha, a França e o próprio Japão.

(...)

37. O grande problema não se encontra somente no fato da China ter potenciado seu vasto mercado interno e concorrido no mercado mundial com manufaturas mais baratas, mas principalmente por ascender ao topo da alta tecnologia e deter poderes sobre as cadeias de abastecimento. Esse conflito surgido do processo de restauração capitalista vem se revelando como parte dos impasses da economia mundial do pós-guerra e da incompatibilidade entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção da época imperialista. A conversão da guerra comercial em guerra bélica é intrínseca a esse processo e expressa as leis históricas de esgotamento do capitalismo e de vigência de sua transição para o socialismo.

(...)

38. As crises econômicas contínuas, o intervencionismo militar do imperialismo, as inúmeras guerras regionais, e agora as guerras na Ucrânia e na Palestina, bem como a escalada militar na Ásia Oriental voltada a conter o avanço econômico da China, trazem em suas entranhas a luta de classes, as agudas divisões interburguesas e as crises políticas. A alta concentração de riqueza sob o controle de uma diminuta oligarquia capitalista e a vastidão da pobreza e miséria das massas são a maior desde o fim da Segunda Guerra. A marcante presença do pré-capitalismo coexistindo com o capitalismo altamente desenvolvido no continente africano, na maioria dos países latino-americanos e asiáticos resulta da dominação imperialista, do saque de suas riquezas nacionais e do bloqueio às suas forças produtivas industriais. O alcance da alta tecnologia e da vasta capacidade produtiva, monopolizada e centralizada por um punhado de potências, resulta em maior escravização das massas trabalhadoras e aumento do fosso que separa as semicolônias e o restrito número de nações dominantes que disputam a esgotada partilha do mundo.

(...)

40. Em meio às contradições econômicas e às guerras em curso, sobressaltam as crises políticas. Agravam-se questões como desemprego, precarização das relações de trabalho, fechamento de fábricas, demissões massivas e sucateamento das condições elementares de existência, como moradia, saúde e educação. Destacam-se dentre essas questões, os conflitos interburgueses em torno

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



à imigração, ressurgindo as bandeiras chauvinistas e racistas que pareciam ter ficado para trás com a derrota da Alemanha nazista e Itália fascista. De conjunto, apontam para os governos que não têm outra resposta senão as contrarreformas e os cortes orçamentários voltados contra as condições sociais de existência da maioria explorada. Estreitaram-se os espaços econômicos para a política da socialdemocracia e do nacional-reformismo. A classe média vê pela frente um futuro de maior ruína, que já se manifesta no presente. As tendências políticas de ultradireita se fortalecem sob a sombra da impotência da socialdemocracia nos países imperialistas e do nacional-reformismo nos países semicoloniais. A classe operária e demais trabalhadores estão de frente à putrefação da democracia burguesa e da potenciação da fração burguesa fascizante. As eleições na França e nos Estados Unidos, sobretudo, retratam os impasses da democracia burguesa nos países imperialistas. De certa forma, guardadas as diferenças, é o que ocorre também nos países semicoloniais, em particular nos da América Latina.

(...)

44. As manifestações pelo fim da guerra na Ucrânia foram insignificantes em comparação às da defesa dos palestinos. No entanto, essa guerra envolve a questão da opressão nacional e da autodeterminação. As particularidades históricas lançaram luz sobre a Faixa de Gaza e obscureceram o lugar da Ucrânia na cadeia da crise mundial. Como parte das ex-repúblicas soviéticas, se separou na condição de nação oprimida e incapaz de garantir a sua independência. Esse é o mesmo destino das ex-repúblicas, exceto da Rússia que herdou todas as conquistas econômicas, sociais e militares da revolução de Outubro e da própria constituição da URSS. A Rússia recorreu a uma federação, de forma a responder às tendências centrífugas, que favoreciam o imperialismo vitorioso em sua “Guerra Fria”. Sua capacidade de conter a fragmentação se mostrou limitada diante das poderosas pressões do capital monopolista e financeiro. As ex-repúblicas soviéticas, nas condições de repúblicas burguesas, fatalmente seriam serão absorvidas pela União Europeia e submetidas à OTAN. É o que se passou imediatamente às ex-repúblicas do Báltico.

(...)

45. A crise que sobressaltou a Ucrânia nos anos de 2014 e 2016 foi alimentada e impulsionada pelos Estados Unidos. A fração da oligarquia pró-russa mostrou-se como o elo mais débil. A vitória

da fração pró-imperialista abria caminho para a subordinação da Ucrânia à União Europeia e, assim, aos Estados Unidos. A classe operária e a maioria oprimida ucranianas não puderam combater as duas frações restauracionistas com o programa que havia edificado a URSS. Sem esse combate de classe, tornou-se inviável na situação de crise unir o proletariado russo, ucraniano e das demais ex-repúblicas soviéticas contra a ofensiva do imperialismo e o cerco montado contra a Rússia. Emergiu o separatismo interno à Ucrânia e a guerra se tornou inevitável.

46. O imperialismo confundiu as massas europeias e impossibilitou erguer um movimento anti-imperialista contra o cerco à Rússia e de defesa da própria Ucrânia que carece de real autodeterminação. Somente a classe operária unida contra a ofensiva do imperialismo e os interesses anexionista da Rússia pode impor uma paz sem anexações. Essa luta depende da constituição de uma direção revolucionária que encarne a estratégia da revolução social.

(...)

48. A caracterização do marxismo-leninismo-trotskismo de que o capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções e, portanto, de transição para o socialismo mantém toda a sua vigência. Desde a década de 1990, as contrarrevoluções ganharam terreno. As consequências desse retrocesso se estampam no percurso das contrarreformas, da escalada militar e das guerras. Crescem as dificuldades do imperialismo em conter seus choques com a China e a Rússia, que os aproximam de uma guerra. A luta de classes é a única via para retardar e conter esse processo. O proletariado e sua vanguarda terão de se apoiar nas conquistas das revoluções.

49. O capitalismo em decomposição não tem nada a oferecer aos explorados a não ser as contrarreformas e as guerras. É o que determina o caráter episódico das contrarrevoluções, ainda que possam demorar para o proletariado retomar o curso das revoluções. A crise presente, mais do que a de ontem, traz à tona o programa e os métodos da revolução social. O Programa de Transição da IV Internacional é a arma com a qual a vanguarda resolverá a crise de direção. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) é o instrumento do proletariado para romper a camisa de força imposta pelas direções conciliadoras, profundamente adaptadas ao capitalismo em decomposição.

Alemanha - Eleições

Derrota da Socialdemocracia e ascensão da ultradireita refletem impasses na Alemanha

No domingo, 23/02, ocorreram as aguardadas eleições federais da Alemanha em meio ao profundo desgaste do governo Olaf Scholz, do SPD (partido socialdemocrata). Na chancelaria desde fins de 2021, Scholz perdeu a maioria no parlamento em novembro de 2024 e foi obrigado a convocar eleições antecipadas para fevereiro de 2025. Pivô da crise, a demissão do ministro das finanças Cristian Lindner, do partido liberal FPD, em novembro, repercutiu mal nos meios capitalistas. Lindner, favorável a reformas econômicas duras, incluindo leis anti-trabalhistas visando recuperar a produtividade da economia alemã, saiu do governo acusando Scholz de fraco e incapaz de governar o país. A cambaleante coligação montada por Scholz, que reunia desde o SPD até a CDU (União Democrata Cristã) passando pelos Verdes e FDP, assim, ruiu melancolicamente diante dos impasses políticos e econômicos.

O resultado das eleições trouxe uma vitória apertada, porém esperada, da CDU de Friedrich Merz, que alcançou 14,1 milhões

de votos (28,52%) e formará o próximo governo. O SPD, por outro lado, amargou uma derrota histórica obtendo apenas 8,1 milhões de votos (16,41%) e 120 cadeiras. A surpresa ficou por conta da votação recorde da ultradireitista AfD (Alternativa para a Alemanha) que recebeu 10,3 milhões de votos (20,8%) e deterá 152 cadeiras, o que a colocará como segunda maior bancada. Os verdes mantiveram sua posição periférica com 5,7 milhões de votos (11,61%), ao passo que o partido de esquerda democrática Die Link alcançou uma votação inesperada de 4,3 milhões (8,7%) passando a compor pela primeira vez o parlamento com 64 cadeiras.

Embora sem vencer as eleições, como desejava o excêntrico bilionário Elon Musk, a ascensão da ultradireita alemã foi comemorada pelas hostes bolsonaristas e trumpistas. O deslocamento de uma ala da burguesia para a ultradireita fascizante e, como ela, de amplos setores da pequena burguesia, não é um fenômeno isolado. Em quase todo o velho continente avançam eleitoralmen-

te agrupamentos que, em maior ou menor grau, se colocam neste espectro (Reunião Nacional, de Marine Le Pen, Irmãos da Itália, de Georgia Meloni, Vox na Espanha de Santiago Abascal etc.) e que expressam um profundo mal-estar das massas com os impasses da economia europeia em declínio. A Alemanha, o mais rico país e motor do bloco europeu, não teve como se safar desta moléstia que contaminou todo o continente.

Amargando estagnação econômica alternada com queda do PIB, se deparando com a volta da inflação, com perda de competitividade no mercado mundial e mesmo o fechamento de fábricas, a economia declinou visivelmente no último período. A tendência se acelerou com fim do gás barato vindo da Rússia, em razão da guerra na Ucrânia. Durante décadas, a dependência da economia alemã da indústria química fina, da produção automobilística e da fabricação de máquinas mecânicas complexas a salvou da concorrência americana e asiática. Mas, com as mudanças nas cadeias produtivas mundiais, com o avanço dos carros elétricos (tanto estadunidenses quanto chineses) e a concorrência asiática em um número cada vez maior de ramos industriais, a Alemanha se viu cercada e sem qualquer plano de modernização a curto pra-

zo, mesmo podendo contar com as fartas reservas de mercado do bloco europeu. Em seu declínio, arrastou consigo para a espiral da estagnação quase toda a economia da zona do euro.

O proletariado alemão e em seu seio as imensas camadas de imigrantes tem a difícil tarefa de superar a política de colaboração de classe e erguer-se contra o novo governo burguês da CDU. O futuro Chanceler Merz representará um salto frente a Scholz tanto no que diz respeito a aplicação de contrarreformas como na política exterior imperialista da Alemanha (Merz é agora o meio defensor da criação de forças armadas especiais da Europa em substituição à OTAN). O declínio alemão é inevitável sob o capitalismo e a Europa não encontrará solução diante da guerra comercial empreendida pelos EUA contra a China. Por outro lado, a ruína europeia acentua a cada dia, a fragilidade da federação artificial que tem sido a falsa união de países sob bandeira da UE. Os explorados alemães, como os europeus, precisam retomar o fio da doutrina marxista e do bolchevismo revolucionário e lutar para construir seu partido marxista-leninista-trotskista como parte da reconstrução da IV Internacional.



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Como parte da campanha de exposição sobre os 33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pela contrarrevolução restauracionista, republicamos o posicionamento do Partido Operário Revolucionário (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Passados 33 anos dos acontecimentos, as notas abaixo constituem documentos que fazem parte da luta do marxismo-leninismo-trotskismo contra o terrível estalinista e a contrarrevolução que levou à liquidação da URSS em dezembro de 1991. Todas as notas

foram escritas meses antes da decisão da ditadura restauracionista de dissolver a URSS. Reeditamos, também, uma nota do POR da Bolívia, que saiu em seu Jornal Massas, sobre a direção de Guillermo Lora.

Hoje, quando completou três anos da guerra na Ucrânia, tornou-se mais imperativo ainda compreender e vincular os vários choques armados entre as ex-repúblicas soviéticas com o processo de restauração capitalista e de desintegração da ordem capitalista edificada após a Segunda Guerra Mundial.

O que representou a tentativa de golpe na URSS?

O fracassado golpe militar na Rússia foi o resultado do processo de divisão e desintegração da burocracia estalinista. Os três principais líderes da aventura golpista, o vice-presidente Gennady Yanayev, o primeiro-ministro Valentin Pavlov e o vice-presidente do Comitê de Defesa Oleg Baklanov, faziam parte da camarilha de Gorbachev. Para os membros do Comitê de Estado, formado para impor o estado de emergência ditatorial, o objetivo da destituição de Gorbachev e mudança de governo era apenas o de preservar a unidade da Rússia ameaçada pelos movimentos nacionalistas das repúblicas e pelo conteúdo do Tratado da União, que seria assinado justamente no dia em que o golpe foi desfechado.

Imediatamente aos acontecimentos, o vice-presidente Yanayev assegurou ao imperialismo que o regime de exceção seria provisório e que não abandonaria o rumo para a economia de mercado, ou seja, de reconstrução capitalista como prevê o plano da Perestroika. A tentativa de estabelecer uma ditadura militar provisória, dependendo certamente das circunstâncias, obedeceu à necessidade de pôr fim à desintegração do poder central e do próprio PCUS. Enquanto a luta das nacionalidades se ampliava é a economia regredia violentamente, a política de reformas de Gorbachev se encontrava paralisada pela divisão das forças burocráticas no poder do Estado.

A ala de Gorbachev não se impunha nem frente a fração pró-imperialista de Yeltsin e nem àquela vinculada aos interesses do

burocrático estatismo. A tentativa do arquiteto da Perestroika em se apoiar no grupo dos 7 grandes países capitalistas e obter concessões de mercado, pouco antes ao golpe, refletiu o desespero do chefe de estado perante a bancarrota econômica, o crescente agravamento das lutas nacionais e sociais e sua incapacidade de unificar as forças burocráticas reformistas.

O levante militar de cúpula, isolado da própria máquina enrustida do PCUS, por sua vez, também manifestou o desespero da camarilha golpista, caracterizada por falta de decisão e por aventureirismo e derrotada por um Yeltsin desarmado, por uma resistência popular limitada e pelos próprios comandantes e os chefes da KGB que deixaram de acatar ordens. O exército e a KGB expressaram a paralisia e a divisão da burocracia do estado e do PCUS.

O fundamental, entretanto, é que o golpe pôs em evidência as tendências à guerra civil, já verificadas nos choques das nacionalidades com o aparato do Estado russo, degenerado pela ditadura estalinista desde meados de 1920. Neste quadro, as forças sociais são arrastadas pelas frações da burocracia, uma delas representada pelo agente do imperialismo Yeltsin. O proletariado e os camponeses pobres terão de se armar de uma política independente, para transformar a crise do estalinismo em revolução política.

(Jornal Massas, número 19, de setembro de 1991)

O imperialismo frente ao golpe

O presidente Georg Bush, dos EUA, exigiu a imediata recondução de Gorbachev ao poder. Helmut Kohl, chanceler alemão, reivindicou o cumprimento de todos os acordos internacionais assinados pela Rússia. A Inglaterra pleiteou o bloqueio econômico. E o Canadá começou a aplicá-lo. Todo mundo imperialista se uniu em defesa da Perestroika. Em contrapartida, o Comitê Estatal de Emergência procurou justificar sua atitude aos governos estrangeiros. Ao presidente da França, Mitterrand, o embaixador soviético entregou uma carta do Comitê em que se comprometia manter as reformas pró-capitalistas.

Ocorre que Gorbachev é o homem que tem a confiança das potências. Ele expressou a evolução contrarrevolucionária do estalinismo. Criou vínculos com os governos e organismos internacionais que o colocaram em posição de testa de ferro (títere) dos capitalistas. A preservação de Gorbachev era fundamental, pois

além de tudo representava o caminho posterior de ascensão de Boris Yeltsin.

Mediante o fracasso do golpe, o imperialismo passou a pressionar a favor de uma sólida aliança de Gorbachev com Yeltsin, cuja tarefa primordial é a de golpear de vez o PCUS e abrir um período repressivo contra a ala resistente à aceleração dos planos reformistas.

Dessa forma, abre-se uma nova etapa na crise russa, em que em um primeiro momento se fortalecerão as posições pró-capitalistas. O imperialismo redobrará seus esforços de penetração nas fronteiras do Estado Soviético. Por essa via, as contradições se agravarão, colocando para as massas a necessidade de defender-se contra a exploração e lutar pelas conquistas da Revolução de 1917.

(Jornal Massas, número 19, de setembro de 1991)

Quem deve julgar e varrer o PCUS?

Antes mesmo do golpe, Yeltsin havia decretado o desmantelamento das células do PCUS nas Forças Armadas, polícia, fábricas etc. Gorbachev, para manter suas ligações com a camarilha do PCUS, se contrapôs à medida administrativa-governamental de Yeltsin. Nem bem terminou a aventura golpista, os dois chefes se lançaram à caça dos “comunistas” (estalinistas). Por toda parte, se efetuam prisões e expurgos dos membros do PCUS. Mais cauteloso, Gorbachev procura circunscrever as perseguições à alta cúpula responsável pelo golpe, uma vez que o PCUS está representado pela vasta burocracia, que deve ser convertida e convencida das vantagens que terá com as reformas pró-capitalistas.

O imperialismo pressiona para que os vitoriosos aproveitem as vantagens do momento para realizar uma drástica reformulação nas Forças Armadas, transformando-as em profissionais, como no capitalismo. O que será necessário para enfrentar o quadro convulso da crise, cujos desdobramentos ainda estão no início. A dupla

Gorbachev/Yeltsin terá de se armar de poderes ditatoriais para conter a dissolução da União e impor às massas as consequências da economia de mercado. Os que se maravilham com a democracia de Gorbachev não veem que se trata de uma casca que acoberta as sementes de uma nova ditadura militar burocrática.

O proletariado não pode apoiar a perseguição estatal ao PCUS, por resultar dos mesmos métodos estalinistas e capitalistas de opressão, bem como por responder aos objetivos de estruturar o poder pró-capitalista. Ao contrário, deve se colocar pela formação dos tribunais populares e conselhos operários e camponeses, para julgar e varrer o estalinismo pela via da revolução política. Da mesma forma, defender a desburocratização do exército, transformando-o em milícias operárias e camponesas para reedificar o controle das massas sobre o Estado e a economia.

(Jornal Massas, número 19, de setembro de 1991)

O Comunismo Faliu?

A aventura golpista do vice-presidente, Gennadi Yanayev, e seus comparsas motivaram um novo surto propagandístico da burguesia contra os fundamentos do marxismo, isto é, do socialismo científico. Confunde-se deliberadamente a derrocada do sistema estalinista e sua ditadura com o comunismo. Identifica-se em Lênin as raízes do totalitarismo de Stalin e o esgotamento da economia estatal, burocraticamente centralizada, como sendo o resultado das relações de propriedade socialistas. Explica-se que vivemos o fim da experiência histórica do comunismo e o triunfo definitivo da economia de mercado, a que expressa as relações capitalistas de produção, estruturadas na forma de propriedade privada dos meios de produção. Em resumo, afirma-se que venceu a livre iniciativa, que quer dizer a liberdade de uma minoria burguesa de explorar a grande maioria trabalhadora contra o comunismo.

Não há nada mais falso e ilusório nesta campanha, que visa controlar a pequena burguesia arruinada e criar desconfiança no proletariado em relação à estratégia da revolução socialista. Na verdade, o estalinismo iniciou desde 1924 um processo de revisão dos princípios marxistas-leninistas, que permitiram ao proletariado russo e aos camponeses pobres realizarem a primeira revolução proletária vitoriosa. Esta confiscou as grandes propriedades latifundiárias, destruiu o aparato burocrático militar czarista e introduziu a igualdade nacional e a autodeterminação nacional.

Ao derrubar o monopólio burguês dos meios de produção, a Revolução Russa de 1917 criou um novo modo de relação de propriedade, que teria de se desenvolver com o avanço da revolução internacional.

A ditadura de Stalin bloqueou o curso histórico da revolução, destruiu fisicamente milhares de militantes, entre eles os grandes dirigentes como Trotsky, Kamenev, Zinoviev, Bukarin etc. e implantou a centralização policial burocrática do Estado operário. Passou a jogar um papel oposto à estratégia internacionalista do leninismo e foi responsável pela destruição político-ideológica do movimento comunista mundial. Trotsky, por várias vezes demonstrou que na Rússia atrasada o socialismo era apenas embrionário e que o estalinismo seria responsável por sua destruição.

A Perestroika nada mais é que o ponto culminante da evolução do estalinismo, e o golpismo de Yanayev a sua outra face. O que temos, portanto, é o fim da era estalinista, que se transformou totalmente em pró-capitalista.

Das cinzas do estalinismo, da estratégia da restauração capitalista na Rússia e da crise estrutural do capitalismo, se levantará opostamente o marxismo-leninismo-trotskyismo, que se materializará na construção de partidos revolucionários.

(Jornal Massas, número 19, de setembro de 1991)

A tarefa dos trabalhadores russos

Após o golpe, o Estado não só permaneceu nas mãos dos defensores do capitalismo e adversários do direito real à autodeterminação das nacionalidades, como fortaleceu a fração resolutamente pró-imperialista de Yeltsin.

Os analistas burgueses e mesmo as correntes de esquerda propagandearam a vitória da democracia contra a ditadura militar. Porém, as forças vencedoras são as mesmas que mantiveram até recentemente a ditadura estalinista. E sua tarefa consiste em utilizar a abertura política para que as alas da burocracia disputem entre si a hegemonia da estratégia da reforma e reestruturação pró-capitalistas.

A própria Glasnost (abertura) é fruto da quebra da centralização burocrático-militar do Estado operário completamente desfigurado e corrompido. A tal democracia existente é um meio das frações totalitárias burocráticas processarem as divergências quanto ao ritmo, método e relação com o imperialismo, no sentido da

estruturação da economia de mercado, que pressupõe destruir o monopólio estatal dos meios de produção.

O proletariado esteve obrigado a combater o golpe totalitário, como fizeram os mineiros que decretaram a greve. Porém, terá de se emancipar das alas reformistas burguesas, como de Gorbachev, Yeltsin etc.

A tarefa dos trabalhadores russos é a de se organizar em um partido revolucionário que tenha por programa a defesa da propriedade coletiva dos meios de produção (socialista), a derrubada integral da burocracia estalinista e socialdemocrata, implantação da democracia operária, vinculada ao controle da produção, e restabelecimento pleno do Estado operário (ditadura proletária anticapitalista e internacionalista). Por esse programa, passará a revolução política.

(Jornal Massas, nº 19, setembro de 1991)

Republicamos abaixo o artigo do POR da Bolívia, que foi publicado em 22 de outubro de 1991, no Jornal Massas, nº 22, do POR do Brasil

Sobre a crise da União Soviética

Trotsky previu a volta da URSS ao capitalismo

Em seu famoso livro “Que é e para onde vai a URSS?” (que passou para a história com o nome de “A Revolução Traída”), Trotsky aplicou o método marxista para estudar a natureza da URSS e para prever seu futuro desenvolvimento. Hoje, 55 anos depois de escrito o livro, podemos constatar que o poderoso pensamento do revolucionário foi confirmado pela história.

Contra a opinião generalizada do estalinismo, no sentido de que URSS era já socialista, Trotsky destacou que, se bem que a estatização dos meios de produção houvesse avançado em grande medida, o desenvolvimento das forças produtivas não havia alcançado ainda o nível dos países capitalistas mais avançados, situação que impede a tipificação da URSS como “socialismo”. Na verdade, o surgimento de uma camada burocratizada e inimiga do marxismo no interior do partido e do Estado operário determinou a degeneração destes.

A burocracia contrarrevolucionária segundo Trotsky não é uma classe social, mas uma camada surgida do seio da classe operária, defendeu por algum tempo a propriedade estatal e a economia planificada, mas “de tal modo que prepara o esmagamento do sistema, pondo em perigo as grandes conquistas da revolução”. Por isso falava do “guardião desonesto” da economia planificada.

Assim, o desenvolvimento das contradições no interior do estado operário degenerado só tinha duas saídas: a revolução política, que supõe a expulsão do poder da burocracia estalinista por par-

te do proletariado revolucionário, que marcha para o socialismo; ou o retorno ao capitalismo, que supõe um retrocesso histórico de grande envergadura. Por isso Trotsky se perguntava: “O funcionário acabará por devorar o Estado operário ou a classe operária pulverizará o funcionário?”.

Em 1991, podemos dizer que a variante menos desejada pelos revolucionários se vem produzindo diante de nossos olhos: o estalinismo contrarrevolucionário, agente do imperialismo norte-americano expressado por Gorbachov e através da “perestroika” abre de par em par as portas para o capital financeiro e para o retorno da propriedade privada à URSS, destruindo as próprias bases do estado operário.

A marcha de retorno ao capitalismo começou e a previsão de Trotsky lamentavelmente se cumpre em sua variante mais negativa. E mais, o golpe dos estalinistas “duros” tem demonstrado que o imperialismo tem conseguido criar uma importante corrente pró-capitalista no seio dos próprios explorados, que inclusive tem ofertado suas vidas para apoiar Yeltsin, homem de confiança do imperialismo.

Agora se trata da estruturação do partido mundial da revolução socialista, a Quarta Internacional, chave da vitória da revolução política tal como Trotsky nos ensinou.

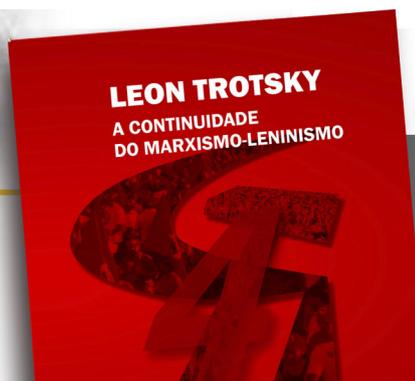
(Extraído do Jornal Massas, nº 1262, 26 de setembro de 1991, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia).

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



33 anos da liquidação da URSS



Liquidação da URSS, restauração capitalista, choques de nacionalidades e guerra

Reproduzimos os artigos do *Jornal Massas* n° 81, 186 e 288, de 1994, 2000 e 2004, respectivamente, sobre a guerra na Chechênia, como parte da campanha de exposição dos 33 anos de liquidação da URSS pela contrarrevolução restauracionista.

A guerra da Rússia contra o povo checheno expôs os confrontos violentos que estiveram na base da destruição da URSS e da restauração capitalista. Não se pode desvincular a guerra na Ucrânia, que completa três anos, desse processo de guerra civil que despedaçou, em gran-

de medida, as relações entre as ex-repúblicas soviéticas.

A guerra do Kremlin contra o direito de separação e constituição de uma república independente do povo checheno perpassou os governos de Yeltsin e Putin. A confrontação se iniciou em 1994. Yeltsin fez um acordo para pôr fim a guerra em 1996. Estima-se que na primeira fase da guerra, do lado dos chechenos, morreram 4 mil guerrilheiros e 35 mil civis, e, do lado dos russos, 7.500 militares. A guerra foi retomada em 1999 e concluída em 2009. Milhares

foram os mortos, mas ressaltaram o massacre sofrido por crianças. Yeltsin e Putin, restauradores do capitalismo, agiram como carneiros do povo checheno.

Os artigos que republicamos analisam também a intervenção dos Estados Unidos e de outras potências imperialistas. É importante as formulações do POR em torno à luta das nações oprimidas por sua autodeterminação. A linha programática que se aplicou na guerra da Chechênia se aplica na guerra da Ucrânia.

Abaixo a sangrenta repressão à Chechênia! Autodeterminação para os Chechenos!

Há 3 anos, durante a crise posterior ao golpe de agosto de 1991, a República russa da Chechênia declarou-se independente da Rússia. Desde então, o presidente Dzhorlas Dudayev tem buscado transformar o ato formal em realidade. No final de 1994, Yeltsin decidiu intervir militarmente. Tratava-se de impor a centralização no poder do Estado e intimidar as tendências desagregadoras e separatistas espalhadas por toda a Rússia. A intervenção volta-se também para o exterior, em especial para a questão da guerra civil na Bósnia, para mostrar que a Rússia não abriu mão do seu papel opressor sobre outras nacionalidades vizinhas, apesar do fim da URSS.

A Revolução Russa de 1917 deu início à eliminação da opressão nacional ao derrotar a burguesia capitalista e exploradora. A ditadura burocrática estalinista reintroduziu a opressão sobre as nacionalidades justamente quando iniciava sua trajetória que levaria à restauração capitalista. Esta agravará a submissão desses países, porque parte da reconstituição da burguesia concentrada em Moscou, que pretende manter o domínio sobre nações como a Chechênia, rica em petróleo. Assim, a restauração capitalista acentua as tendências à guerra civil nos países do Leste Europeu, é isso que estamos vendo. Conforme temos assinalado, a volta do capitalismo não acontecerá sem a explosão das guerras civis e um banho de sangue.

A Rússia é uma federação de nacionalidades onde também se expressa a opressão nacional. Há uma centralização de Moscou sobre as outras regiões, algumas delas não tendo nenhuma identidade com os russos, como é o caso da Chechênia.

A posição de Yeltsin se choca com os interesses imperialistas de atrair as Repúblicas do Leste e da ex-URSS para a influência das potências capitalistas. E já ganha oposição interna, porque não consegue resolver a questão e aumenta o desgaste do governo.

Yeltsin não consegue dominar a cidade de Grosnik, capital chechena. Bombardeia a cidade, matando indiscriminadamente. Os soldados russos, jovens entre 18 e 20 anos de idade, mal preparados, não conseguem vencer os rebeldes. O impasse vai agravando a situação.

A crise é gerada pela ditadura da burocracia estalinista, que mantém o país sob opressão há décadas. Se depender das frações estalinistas em choque, os chechenos estão entre a cruz e a espada: ou são derrotados e ficam sob o jugo de Moscou, ou conseguem uma independência baseada numa relação de submissão ao imperialismo.

A única alternativa é a revolução política, que derrube a burocracia e restabeleça o poder proletário. Isso só pode ser feito pelos próprios chechenos e pelo proletariado russo. A união entre o proletariado russo e checheno é fundamental no combate às frações burocráticas estalinistas responsáveis pelas matanças.

Fora os russos da Chechênia!

Fora qualquer intervenção externa!

Abaixo a burocracia corrupta e ditatorial!

Autodeterminação para os chechenos!

(*Jornal Massas*, n° 81, janeiro de 1994)

Fora qualquer influência do imperialismo na guerra Rússia - Chechênia

Para impedir o direito de separação da nacionalidade Chechênia, o governo russo terá de ir fundo na ofensiva bélica. Os últimos combates em torno da capital Grozny mostram o empenho da Rússia em esmagar o direito da autodeterminação.

O fim da União Soviética, resultante de seu desmembramento, mostrou a existência da opressão nacional, que foi recrudescendo sob a ditadura estalinista. O bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas socialistas e o crescimento das relações capitalistas de produção, sob tremenda pressão do capitalismo mundial, fariam explodir o problema das nacionalidades num quadro de restauração capitalista. Desgraçadamente, de um lado, a burocracia russa pró-imperialista esmaga pelas armas o direito de separação e autodeterminação dos povos, de outro, os separatistas travam a luta em função de interesses nacionalistas e pró-capitalistas.

A classe operária mundial defende o direito à autodeterminação da Chechênia. Afirma que o fim da União Soviética, o separatismo sob a direção de frações pró-capitalistas conduzirá a Rússia e as nacionalidades à submissão diante do capital imperialista. Somente o fim do processo restauracionista, a recuperação da propriedade coletiva dos meios de produção, o restabelecimento do Estado proletário e a democracia correspondente poderão assegurar a unidade harmônica entre os povos que compunham a União Soviética revolucionária (da época de Lenin), inclusive o direito de autodeterminação àquelas nacionalidades que julgarem inconveniente compor a unidade socialista dos povos. É claro que se trata de uma unidade que permite o desenvolvimento das forças produtivas em contraposição ao domínio imperialista e que erradique o atraso e a miséria das massas.

A guerra da Rússia contra a Chechênia objetiva manter sob seu controle uma região rica em petróleo e por onde

passam os oleodutos. Em toda guerra, estão em primeiro plano os interesses econômicos. O que quer dizer que por detrás do choque da Rússia e Chechênia estão as forças capitalistas. Uma paz verdadeira e sem opressão nacional só é possível sob a direção do proletariado, que infelizmente não pode tomar o problema em suas mãos porque teve o seu partido bolchevique destruído pelo estalinismo.

A imprensa burguesa tem insistido que o esforço de guerra da Rússia ocorre em função das disputas eleitorais. Na realidade, as frações da burocracia pró-capitalistas utilizam cada uma a sua maneira da guerra. Procura-se obscurecer que na base do conflito estão as forças burguesas internas e o imperialismo, que certamente têm interesse no maior desmembramento possível da ex-URSS.

O governo norte-americano advertiu a Rússia para que não leve o choque a uma matança de grandes proporções. O sentido da advertência não diz respeito à quantidade de mortos, pois o imperialismo é sanguinário, mas sim ao interesse das potências no maior enfraquecimento possível da Rússia, de forma que a restauração conclua em uma submissão sem precedente do país que pela primeira vez na história teve a revolução proletária triunfante.

Aqueles que reclamam que a ONU não tem agido contra a matança, como fez a favor do Timor, exigem na verdade a intervenção imperialista em favor da Chechênia. A presença do Secretário Geral, Kofi Annan, em fins de janeiro, no Kremlin, teve por objetivo transmitir as pressões do imperialismo norte-americano para que o governo russo chegue a um acordo. Também nesse caso é preciso rechaçar qualquer intervencionismo das potências, disfarçado ou não por essa cova de bandidos que é a ONU.

A autodeterminação só é possível estando em contraposição a qualquer influência da burguesia imperialista.

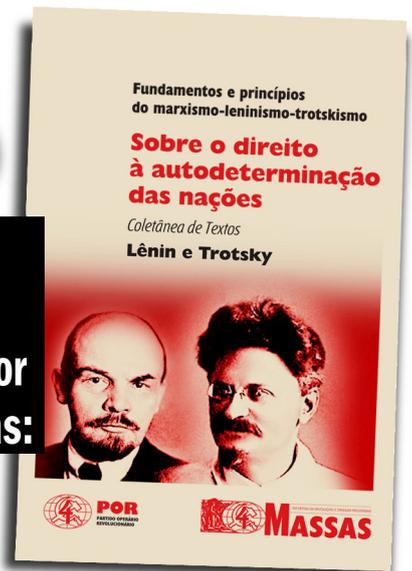
Sobre a autodeterminação dos povos

"O direito à autodeterminação nacional é, certamente, um princípio democrático, não um princípio socialista. Mas em nossa época o único que apóia e aplica os princípios genuinamente democráticos é o proletariado revolucionário; por essa razão as tarefas democráticas se entrelaçam com as socialistas. A luta resoluta do Partido Bolchevique pelo direito à autodeterminação das nacionalidades oprimidas pela Rússia facilitou ao extremo a conquista do poder pelo proletariado. Foi como se a revolução proletária tivesse absorvido os problemas democráticos, sobretudo o agrário e o nacional, dando à Revolução Russa um caráter combinado. O proletariado já encarava tarefas socialistas, mas não podia elevar imediatamente a este nível o campesinato e as nações oprimidas (por sua vez predominantemente camponesa), dedicadas à solução de suas tarefas democráticas".

"(...) A estrutura federada da União Soviética é fruto de um compromisso entre o centralismo que exige uma eco-

R\$5

Adquira
com o
distribuidor
do Massas:



nomia planificada. e a descentralização necessária para o desenvolvimento das nações que no passado estavam oprimidas. Construído o estado operário sobre este princípio de compromisso de uma federação, o Partido Bolchevique inscreveu em sua Constituição o direito das nações à separação completa, indicando desse modo que não considera resolvida de uma vez e para sempre a questão nacional".

"(...) Com toda segurança, sob o domínio imperialista é impossível uma independência genuína e estável, na qual as pequenas e médias nações possam confiar. Também é certo que no socialismo plenamente desenvolvido, isto é, com o desaparecimento progressivo do Estado, desaparecerá também o problema das fronteiras nacionais. Mas também é certo que entre esses dois momentos, o do socialismo atual e o do socialismo realizado, transcorre décadas durante as quais nos preparamos para concretizar nosso programa. A consigna de Ucrânia soviética independente é de importância excepcional para mobilizar as massas e educá-las no período de transição".

"(...) Os nacionalistas ucranianos consideram correta a consigna de uma Ucrânia independente. Mas se opõem a relacionar esta consigna com a revolução proletária. Que-

rem uma Ucrânia independente, democrática, e não soviética. Não é necessário entrar aqui em uma análise detalhada desta questão porque não tem a ver somente com a Ucrânia, mas também com a caracterização geral de nossa época, que já fizemos muitas vezes. Delinearemos somente seus aspectos mais importantes.

A democracia está degenerando e desaparecendo inclusive em seus centros metropolitanos. Só os impérios coloniais mais ricos ou alguns países burgueses especialmente privilegiados podem manter, entretanto, um regime democrático, e muito degradado. A esperança de que a Ucrânia relativamente pobre e atrasada possa estabelecer e manter um regime democrático carece de todo fundamento. A independência da Ucrânia não duraria muito no marco imperialista. O exemplo da Checoslováquia é eloquente. Enquanto predominarem as leis do imperialismo, o destino das nações pequenas e médias continuará sendo instável. Somente a revolução proletária poderá derrubar o imperialismo".

Observação: Os fragmentos acima correspondem ao texto "A independência da Ucrânia e o confucionismo sectário", escrito em 30/julho de 1939, por Leon Trotsky.

(*Jornal Massas*, nº 186, 1ª quinzena de fevereiro de 2000)

A restauração capitalista é responsável pela opressão nacional e pelos atos terroristas

1. A ocupação de uma escola por um grupo de guerrilheiros, que reivindicava a libertação de presos políticos e a retirada de tropas russas do território da Chechênia, provocou a morte de cerca de 400 pessoas, entre elas, a maioria de crianças. Isso levou a protestos em várias partes do mundo contra o terrorismo e em defesa da paz. Em Moscou, quase 150 mil manifestantes ganharam as ruas levantando bandeiras contra o terror. Na capital de Ossétia do Norte, exigiam a renúncia do governo local e dos chefes dos serviços de segurança.

2. A tragédia de Beslan foi mais um dos atos terroristas contra a opressão nacional exercida pelo governo russo. A Chechênia é uma das repúblicas russas de população mulçumana, que deste o século XVIII enfrenta o domínio russo e clama pela independência. A Revolução Russa de Outubro de 1917 apresentou a via de eliminação desse conflito, que viria por meio da integração espontânea à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Porém, depois da morte de Lênin e com a subida de Stalin ao poder, o conflito com as regiões que reivindicavam a independência se agravou. Stalin chegou ao ponto de em 1944 deportar milhares de chechenos para a Ásia Central, como forma de manter a Chechênia sob seu controle. Com a aceleração do processo de restauração capitalista, no final dos anos 1980, a Chechênia proclamou sua independência em 1991. Em 1994, o exército russo ocupou a região e uma guerra sangrenta de dois anos que levou à morte de quase 100 mil pessoas. O acordo de retirada das tropas russas durou pouco. Em fevereiro de 2000, o exército russo ocupou novamente a capital chechena, Grozni, e o governo colocou a região outra vez sob

seu domínio. O massacre de Grozni foi violento. No ano de 2001, os separatistas retomaram as ações contra a opressão do Estado Russo. O governo russo, em março de 2003, arma uma farsa para manter o domínio sobre a região. O referendo na Chechênia tinha o objetivo de legalizar o controle russo e dar posse a um presidente fantoche, Kadyrov. Em seguida foi morto pelos rebeldes. Recentemente, foi empossado Alkhanov a mando de Moscou.

3. Os separatistas chechenos não têm força militar para enfrentar o poderio russo. E buscam saídas por meio dos atos terroristas. Um dos atos foi a ocupação do Teatro de Moscou (outubro de 2002), que foi revidada pelo exército russo, provocando a morte de 129 pessoas. O governo russo mantém na Chechênia um exército de 80 mil soldados e centenas de agentes que procuram liquidar a resistência separatista. Com o poderio militar, o governo Putin exerce uma brutal opressão nacional.

4. A Chechênia, localizada entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, é uma região rica em petróleo. Ter o controle da região é ter o domínio sobre essa fonte de matéria prima. Por isso, o conflito não se encerrará. De um lado, vão estar os defensores nacionalistas da independência e, de outro, o governo russo que mantém a região sob o seu domínio.

5. O fato é que a restauração capitalista e o esfacelamento da ex-URSS trouxeram o aumento da opressão nacional sobre as repúblicas que reivindicam a separação. Os grupos separatistas não vêem outra saída senão os atos terroristas, que tendem a crescer conforme amplia a opressão sobre o povo checheno.

6. Os países imperialistas, como Estados Unidos e outros da Europa, apresentam, diante do massacre de Beslan, como defensores da "negociação", da "democracia" etc. Mas na verdade são os opressores do Iraque, Afeganistão, Palestina e outros tantos países.

7. Não por acaso vem crescendo o fenômeno do terrorismo nacionalista. O choque mais recente é o da ocupação do Iraque pelos Estados Unidos. As milícias muçumanas nacionalistas, frente ao poderio militar dos invasores imperialistas, recorrem as ações terroristas. Mas há o conflito mais antigo que é o da opressão sofrida pelos palestinos, que volta e meia os grupos, como o Hamas, praticam atentados em objetivos que envolvem vidas humanas. Em todos esses casos, estamos diante da opressão imperialista.

Opressão nacional e terrorismo

Novo abalo. Centenas de crianças reféns russas, reféns de chechenos. A escola de Beslan se transformou em palco de guerra. Um alvo escolhido para atrair a atenção do mundo. Nada mais dramático do que escolares entre a vida e a morte. Mais um episódio da guerra entre a Rússia e Chechênia.

Com a desintegração da União Soviética, os chechenos colocaram sua independência. O mesmo ocorreu com outros povos antes unidos pela revolução proletária. A restauração capitalista em curso se encarregou de recolocar a opressão nacional, tarefa que a Revolução de Outubro se colocou, mas que não foi resolvida.

O Estado soviético estalinizado e o bloqueio ao desenvolvimento do socialismo se encarregaram de sustentar a opressão nacional e étnica. A Federação Russa, constituída após a desintegração da URSS, não admitiu a emancipação do povo checheno. Razão principal: petróleo. Impôs-se a guerra de independência.

A Rússia é uma potência militar frente a Chechênia, que recebe apoio mais ou menos velado do imperialismo. A opressão étnico-nacional é mantida pelo poderio militar russo.

Os escolares são reféns sob a reivindicação de libertação dos guerrilheiros chechenos e da independência da Chechênia. Um rio de sangue já corre entre russos e chechenos.

Os trabalhadores de todas as partes devem defender o direito à autodeterminação da Chechênia. Mas não há outra via para se pôr fim à opressão nacional senão o socialismo.

O que se passa na república russa de Ossétia não é exceção. A ocupação do Iraque e a resistência miliciana, que pratica o terrorismo contra os invasores norte-americanos,

8. A defesa da autodeterminação da Chechênia, que significa a liberdade de decidir sobre os rumos dessa república, é uma bandeira democrática. Porém, sabemos que só poderá ser alcançada com o fim do processo de restauração capitalista e a reimplantação das bases do Estado Soviético, que é socialista. O terrorismo nacionalista não será capaz de conquistar a real independência. Mesmo que venha a obter um acordo com a Rússia, terá de se submeter a uma das potências, principalmente os Estados Unidos. A autodeterminação será cumprida sob o Estado proletário. O proletariado russo e as massas oprimidas da Chechênia terão de se unir contra a restauração capitalista e o governo opressor de Putin.

constitui outro caso de esmagamento da autodeterminação. A opressão de Israel sobre os palestinos forma parte desse quadro.

Notamos que as ações terroristas aumentam com o recrudescimento da opressão dos países poderosos sobre os mais fracos. O nacionalismo radical religioso ganha proporção militar. E assume formas terroristas não estatais. Corresponde a uma reação frente ao militarismo das potências e ao seu terror estatal.

Esse fenômeno social vem ganhando maior dimensão e chamando a atenção mundial. A burguesia em geral e o imperialismo em particular procuram explorar a dramaticidade das ações terroristas para obscurecer as causas históricas. Ao contrário, os trabalhadores e os povos oprimidos têm o dever de enfrentar o capitalismo em decomposição, empunhando a bandeira de autodeterminação, fim de toda forma de exploração e opressão.

O terrorismo nacionalista expõe a opressão exercida pelas potências, mas não é a via da solução histórica. Só a classe operária organizada e demais trabalhadores poderão liderar um movimento de emancipação socialista.

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

**GUERRA
NA UCRÂNIA**

POSIÇÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

SOBRE A CLASSE OPERÁRIA,
ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA
PODE FAZER FRENTE A ESCALADA
BÉLICA E GUERRA DE DOMINAÇÃO
IMPERIALISTA

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL



E preciso expor a raiz da tragédia

Já tínhamos escrito o texto anterior, quando as forças de segurança invadiam a escola cheia de reféns e o saldo do choque armado foi de 400 mortos. Como sempre, os meios de comunicações procuraram explorar o sentimento da população. O governo Putin convocou todos o mundo a condenar os chechenos e a ampliar a cruzada contra o terrorismo. Manifestações foram feitas contra o terror e pela paz. Mas também foram feitas críticas pelo fato do governo russo não ter negociado. No melhor dos casos, instituições como a Anistia Internacional explicaram a violência dos chechenos como resposta à violência do Estado russo. Foram citados milhares de mortos pelo intervencionismo militar da Rússia na Chechênia, bem como casos de tortura, estupros e assassinatos de civis. Nos artigos históricos, indicou-se a brutalidade do regime de Stalin, que em 1944 deportou milhares de chechenos para a Ásia Central. Foi demonstrado que o povo checheno luta desde o século XVIII pela conquista de sua independência. O que significa um longo trajeto de resistência ao domínio colonialista e pelo direito à autodeterminação. Trata-se, portanto, de um povo marcado pela opressão e pela guerra de libertação.

Mas é preciso entender, agora, a particularidade do conflito, que tem levado a uma sequência de atos terroristas para enfrentar uma guerra contra o poder militar russo infinitamente superior.

Com sentimentalismo e explicações limitadas, esconde-se a raiz do novo confronto trágico. A guerra da Rússia contra o povo checheno e a prática do terror se dá no quadro da restauração capitalista. Com o regime estalinista, abriu-se caminho de destruição das conquistas da revolução socialista, entre elas o direito de separação, autodeterminação e fim de toda opressão.

Na década de 90, a restauração ganhou forma aberta e com ela a retornada dos conflitos de nacionalidades. O domínio e saque de uma nação sobre outra é inerente ao capitalismo, em particular, na fase imperialista. O nacionalismo checheno e o domínio russo têm suas raízes no capitalismo. O proletariado russo e o povo checheno terão de se unir para derrotar o regime pró-capitalista, defendendo a unidade socialista.

Jornal Massas 288, setembro de 2004

R\$5

A mulher no processo revolucionário

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

(Textos dos clássicos do marxismo e do POR bolíviano sobre a questão da mulher)

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

R\$5

O marxismo e as primeiras formulações sobre a Mulher

August Bebel

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$40

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA E OS DEBILS TRABALHADORES, ORGANIZADOS, UNIDOS E EM LUTA PODER DERROTAR O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL, OS ESTADOS UNIDOS E ALIADOS.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$30

Abraham Leon

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020